

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|---|----|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 4 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 12 |
| 5.4 - Programa de Integridade | 21 |
| 5.5 - Alterações significativas | 26 |
| 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos | 27 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 28 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 56 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 59 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 60 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 63 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 65 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 66 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 67 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 69 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;

A Companhia segue as políticas de gerenciamento de riscos definidas por seu acionista controlador indireto (Enel SpA). As políticas estabelecem os riscos enfrentados e as diretrizes para seu monitoramento interno e são aprovadas pelo Conselho de Administração da Enel SpA, o qual abriga um Comitê de Controles e Riscos, que dá suporte à avaliação e decisões do Conselho, relativas aos controles internos e sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas.

O sistema de gestão de riscos cobre 3 tipos de atividades: 1) controles de primeiro nível, que consistem em atividades de controle realizadas por cada unidade operacional, em seus próprios processos, como forma de assegurar a correta realização das operações; 2) controles de segundo nível, os quais são executados por áreas corporativas específicas e que visam monitorar e gerir tipos específicos de riscos; 3) controles de terceiro nível (auditoria interna), que visam verificar a estrutura e funcionamento do sistema como um todo, através do monitoramento dos controles, assim como do trabalho executado pelo segundo nível.

O Sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção;

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

Financeiros: englobam riscos de mercado (relacionados a mudanças no cenário macroeconômico, as quais são ocasionadas por alterações nas taxas de juros, de câmbio e na expectativa inflacionária) e riscos de crédito (possibilidade de contrapartes não honrarem seus compromissos);

Regulatórios: riscos oriundos de mudanças promovidas pelos mais diversos órgãos reguladores;

Negócio: englobam os riscos relacionados com a incerteza sobre o desempenho de variáveis chaves inerentes ao negócio como características da demanda e do setor de atuação;

Operacionais: riscos resultantes de processos internos inadequados ou de eventos externos.

- ii. os instrumentos utilizados para proteção;

A seguir, apresenta-se os grupos de riscos e como eles são tratados:

Financeiros – A Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do grupo Enel, a qual estabelece parâmetros para salvaguardar a empresa de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação. As determinações da Lei Sarbanes-Oxley orientam os controles internos e o processo de preparação e divulgação das informações financeiras. Os controles internos são monitorados e avaliados semestralmente através do sistema corporativo GRC. Adicionalmente, a Companhia acompanha sua exposição a contrapartes e segue critérios que classificam as contrapartes por nível de risco e limitam o seu nível de exposição a cada contraparte. Esta exposição é medida diariamente por meio dos fluxos de caixa diário e projetados, permitindo planejar a alocação adequada dos recursos disponíveis. A Companhia também se utiliza de instrumentos derivativos com o único objetivo de proteger suas posições financeiras sujeitas a variações cambiais e taxas de juros.

Regulatórios – A atual matriz de riscos da Enel no Brasil classifica a revisão tarifária e a possibilidade de rationamento de energia como riscos regulatórios. Para gerir esses riscos, a Companhia utiliza o controle de parâmetros que influenciam a tarifa em diferentes cenários, levando em consideração inclusive as condições hidrológicas projetadas. Uma área específica de Regulação acompanha também as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e promove a conformidade nas atividades das empresas do Grupo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Negócio – O risco de oscilação do preço de energia é gerenciado por equipes especializadas em mercado energético, responsáveis por avaliar a evolução da demanda e o cenário hidrológico no horizonte de cinco anos, utilizando modelos estatísticos. A partir daí, definem a participação da Companhia em leilões de compra de energia. Nos contratos de longo prazo, constam garantias de cumprimento à regulação do setor, com minimização de penalidades.

Operacionais – Representam os riscos da operação, em que a qualidade no fornecimento de energia e o índice de perdas são os principais aspectos identificados. Esses riscos são gerenciados por meio de procedimentos e normas formais comerciais, operacionais e de execução. Além disso, a Companhia possui diversos sistemas operacionais que também são utilizados como ferramentas na prevenção desses riscos.

Socioambientais – A Companhia possui um Gestão de Gestão Ambiental (SGA) utilizado para identificar e monitorar esses riscos. O Princípio da Precaução é a base considerada no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que orienta a execução de processos operacionais e tem por base requisitos das certificações ISO 14001 e OHSAS 18001 e normas técnicas ambientais. Por esse princípio, a ausência de absoluta certeza científica não é razão para adiar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a ameaça de danos sérios ou irreversíveis ao meio ambiente ou à saúde humana. Os principais riscos sociais referem-se à segurança das pessoas e a prejuízos financeiros ao usuário da energia elétrica e são gerenciados por meio de procedimentos comerciais, operacionais, de execução e de segurança do trabalho, além de projetos e procedimentos que minimizam os impactos.

Reputação e imagem – Há acompanhamento diário de notícias na imprensa e em redes sociais e análise de acontecimentos que possam impactar negativamente a imagem da companhia. Para definir a melhor estratégia em relação às partes interessadas, são realizadas pesquisas periódicas com consumidores e formadores de opinião. Há ainda divulgação de normas de conduta entre colaboradores, ressaltando aspectos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente. Adicionalmente, a Companhia possui um Programa de Integridade aprovado por seu Conselho de Administração que objetiva garantir aderência aos requisitos da legislação brasileira Anticorrupção (Lei 12.846/13), através do qual se estabelece uma série de medidas preventivas relacionadas a “responsabilidade penal corporativa”. Esse programa está inserido no Programa Global de Compliance (adotado pelas companhias do grupo Enel no Brasil aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em dezembro de 2016).

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de riscos propostas pelo Controller de risco da Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar quebras de limites; definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos e supervisão global do gerenciamento e controle de riscos.

No âmbito de cada Companhia do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional em que se origina o risco é também responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas de controle e mitigação dos riscos.

Adicionalmente, com o objetivo de monitorar o cumprimento das políticas internas, inclusive relacionadas a riscos, a Companhia conta com uma equipe de Auditoria Interna, responsável por realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento. Além do comitê de riscos e da auditoria interna, a companhia conta ainda com uma área de Controles Internos que tem por objetivo assegurar que as atividades de controles internos para mitigação de riscos relacionados elaboração das informações financeiras divulgadas são adequadas e estão em funcionamento. Essa área atende a todos requisitos de acompanhamento periódico da Lei Sarbanes Oxley, inclusive com certificação semestral desses controles por auditoria externa.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A gestão dos riscos está alinhada com os objetivos estratégicos da organização e envolve, além da área de Auditoria Interna e de Controles Internos, gestores das áreas de negócio e de apoio, definidos como Process e Control Owners dos riscos que afetam as demonstrações financeiras da companhia. Portanto, eles utilizam suas estruturas específicas para o gerenciamento dos riscos, enquanto as áreas de Auditoria Interna e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Controles Internos estão estruturadas para executar testes periódicos, assegurando a efetividade dos controles internos da Companhia.

A periodicidade dos treinamentos de empregados para garantir conhecimento quanto a Governança Corporativa da Companhia é realizada anualmente com o objetivo de disseminar as boas práticas.

A Companhia dispõe de um Código de Ética, que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com esta empresa. Adicionalmente, a Ampla dispõe de um canal de denúncias em seu website, que garante o anonimato de seus delatores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;

A Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do grupo Enel, a qual estabelece parâmetros para salvaguardar a empresa de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação. A Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do grupo Enel foi aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros do Grupo em 19 de fevereiro de 2013.

A Companhia adota estratégias visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos financeiros. Com essa finalidade, mantém processos gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção;

Dentre os riscos de mercado para os quais a Companhia possui mecanismos de proteção estão:

Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte, no caso de transações financeiras.

A Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados financeiros

Tabela 5.2.b.i.1 (R\$ mil):

| Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|-------------------|-------------------|
| AA- | 271.710 | 172.901 |
| AAA | - | 28 |
| A+ | 2.401 | 4.707 |
| AA+ | 78.463 | 113.051 |
| Banco Central do Brasil | 36.330 | 13.226 |
| Numerário em trânsito | 36.224 | 574 |
| Não avaliado | 878 | 642 |
| Total Geral | 426.006 | 305.129 |
| <hr/> | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| AA- | (46.972) | (65.022) |
| Total Geral | (46.972) | (65.022) |

Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. De forma a evitar este risco, sempre que aplicável, a Companhia contrata instrumentos derivativos (swaps) para as dívidas financeiras indexadas em moeda estrangeira (passando o custo para CDI, em Reais), com o objetivo estrito de proteção (Hedge). Abaixo seguem os passivos em moeda estrangeira e respectiva cobertura através de contratos de swaps:

| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Passivos em Moeda Estrangeira | | |
| Empréstimos e Financiamento | 634.738 | 376.104 |
| Exposição Patrimonial | 634.738 | 376.104 |
| Instrumentos Financeiros Notional | (636.120) | (359.494) |
| Exposição Cambial Total | (1.382) | 16.610 |

Risco de encargos de dívida (taxas de Juros e inflação)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobrás) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (taxa utilizada em contratos com recursos do BNDES).

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, que caracterizam o mercado brasileiro, no qual taxas prefixadas são ainda menos frequentes, a Companhia acompanha as taxas de juros e de inflação, de forma a observar oportunidades de contratar derivativos para se proteger contra possíveis flutuações destas taxas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 83% da dívida total indexada a taxas variáveis ou flutuantes (CDI, SELIC, TJLP, IPCA e Libor), sendo que 14% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Tabela 5.2.b.i.2 (R\$ mil):

| <u>Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários</u> | <u>31/12/2017</u> | <u>%</u> | <u>31/12/2016</u> | <u>%</u> |
|---|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| Selic | 6.402 | 2% | 6.553 | 2% |
| CDI | 259.681 | 94% | 255.679 | 95% |
| Pré-Fixado | 9.258 | 3% | 8.072 | 3% |
| Total | 275.341 | 100% | 270.304 | 100% |

Tabela 5.2.b.i.3 (R\$ mil):

| <u>Ativo indenizável (concessão)</u> | <u>31/12/2017</u> | <u>%</u> | <u>31/12/2016</u> | <u>%</u> |
|--------------------------------------|-------------------|----------|-------------------|----------|
| IPCA | 2.864.913 | 100% | 2.242.355 | 100% |
| Total | 2.864.913 | 100% | 2.242.355 | 100% |

Tabela 5.2.b.i.4 (R\$ mil):

| <u>Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos</u> | <u>31/12/2017</u> | <u>%</u> | <u>31/12/2016</u> | <u>%</u> |
|--|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| Taxa Fixa | 537.641 | 17% | 189.920 | 6% |
| TJLP | 447.010 | 14% | 369.015 | 11% |
| Selic | 133.131 | 4% | 151.392 | 5% |
| CDI | 1.789.802 | 57% | 1.959.516 | 59% |
| IPCA | 230.888 | 7% | 607.900 | 18% |
| Libor | 7.730 | 0% | 16.609 | 1% |
| Total | 3.146.202 | 100% | 3.294.352 | 100% |

Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A Companhia administra o nível de capital e liquidez para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca dar retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio do balanceamento do saldo das dívidas e do patrimônio, de acordo com um posicionamento considerado conservador na gestão financeira.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge);

Risco de crédito, cambio, taxas de juros e inflação

O impacto de fatores que possam afetar as operações, o Balanço e os Resultados da Companhia, tais como flutuações na atividade econômica (risco de crédito), taxa de câmbio, taxas de juros e índices de inflação, é monitorado constantemente por meio de simulações periódicas das exposições de crédito (aplicações financeiras e créditos a receber de clientes) e dívida, do fluxo de caixa para os próximos 12 meses e através do Plano Industrial da Companhia (Business

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Industrial Plan - BIP) que sofre atualização trimestral ou semestral para o ano corrente e revisão anual para o longo prazo que compreende às projeções para um período de cinco anos.

O monitoramento permite o planejamento do nível de exposição a cada indexador, levando em consideração também as oportunidades e restrições de mercado, buscando uma diversificação (Tabela 5.2.b.i.4) que reduza impactos que a volatilidade de mercado possa causar no estoque de dívidas e gastos financeiros.

No do Ativo Financeiro Indenizável (Tabela 5.2.b.i.3), a atualização pelo IPCA é parte do modelo regulatório, não havendo ações de proteção aplicáveis.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2017 haviam 5 (cinco) contratos de swap, sendo dois contratos de Libor para CDI, um de dólar para CDI e dois de CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais e variação de taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

| Contraparte | Data dos contratos | Data de vencimento | Posição | Valores de referência | |
|----------------------------|--------------------|--------------------|----------------------------------|-----------------------|------------|
| | | | | Moeda local | |
| | | | | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Contratos de swaps: | | | | | |
| HSBC BANK BRASIL S.A. | 03/09/2012 | 16/06/2017 | CDI + 1,02%aa 10,05% aa | - | 787 |
| CITIBANK S.A. | 08/01/2016 | 24/12/2018 | Libor + 2,40%aa CDI + 1,90%aa | (24.244) | (28.233) |
| SANTANDER (Brasil) S.A | 07/03/2016 | 07/03/2019 | Libor + 1,53%aa CDI + 0,40%aa | (29.694) | (37.576) |
| ITAU S.A. | 05/07/2017 | 05/07/2021 | USD + 4,210%aa 115,65% CDI | 3.109 | - |
| SANTANDER (Brasil) S.A | 07/12/2017 | 24/12/2018 | CD + 1,90%aa FXO | 2.637 | - |
| ITAU S.A. | 08/12/2017 | 07/03/2019 | CD + 1,90%aa FXO | 1.220 | - |

Para o risco de crédito junto aos clientes, a Companhia adota como estratégia uma política de cobrança preventiva com ações que evitam a utilização imediata do instrumento de corte. Além disso, a Companhia possui uma base de clientes diversificada e pulverizada que permite a mitigação desse risco de forma natural. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Risco de Liquidez

Para os ativos financeiros utilizados na gestão de liquidez (Tabela 5.2.b.i.2), o mercado brasileiro atua predominantemente com o CDI/Selic como referenciais para instrumentos de liquidez imediata. Assim, a Companhia adota como estratégia alocar a maior parte de suas disponibilidades em aplicações financeiras atreladas ao CDI/Selic. Considerando que o estoque de dívidas indexadas a estes indexadores supera o saldo de ativos, não há outras ações de balanceamento ou hedge necessárias (a estratégia de gestão de riscos para estes instrumentos está mais relacionada à diversificação de riscos de contraparte, explicitada na Tabela 5.2.b.i.1).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados financeiros

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge);

Riscos de Cambio, Taxas de Juros e Inflação

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (cambio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2017 haviam 5 (cinco) contratos de swap, sendo dois contratos de Libor para CDI, um de dólar para CDI e dois de CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais e variação de taxas de juros.

Gestão do Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A Companhia mantém linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, incluindo *committed credit lines* e *uncommitted credit lines*, através de contratos firmados, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 150 mil. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mutuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 10 de dezembro de 2019 no valor de até R\$ 2.200.000 mil, dos quais, em 31 de dezembro de 2017, estavam disponíveis o montante de R\$ 1.370.060 mil.

Risco de crédito

Para o risco da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, a Ampla se utiliza do direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica.

Para gestão do risco relativo a operações financeiras com contraparte, a Companhia utiliza controle diário dos recursos disponíveis através do seu fluxo de caixa e aloca esses recursos seguindo os limites por instituição pré-estabelecidos e a classificação de risco de crédito (rating) de cada contraparte.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos;

Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros, a Companhia utiliza-se de monitoramento dos potenciais impactos financeiros utilizando informações de mercado para calcular o Mark to Market e realizar análises de sensibilidade dos instrumentos, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta através de projeções de fluxos de caixa atualizadas periodicamente e de sua posição econômica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Decisões sobre a mitigação de riscos estão relacionadas à percepção de riscos evidenciados pelas projeções mencionadas e às oportunidades de mercado para proteções adequadas, seguem parâmetros estabelecidos em diretrizes gerais e políticas do Grupo listadas a seguir:

Risco de crédito

Em relação ao risco de contraparte, a companhia possui limites de exposição por instituição financeira. Esses limites são definidos baseados no rating de cada instituição, levando em consideração também o patrimônio líquido e relacionamento global com o Grupo Enel no mundo. Mensalmente os limites são checados e podem sofrer alteração ou manutenção, seguindo também diretrizes do monitoramento corporativo de riscos para cada instituição financeira.

As contrapartes classificadas como *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) possuem limite de exposição que variam de 5 MEUR (cinco milhões de euros) a no máximo 80 MEUR (oitenta milhões de euros), variando por cada instituição de acordo ao rating verificado, o volume de negócios com o Grupo e autorizações específicas da equipe corporativa de monitoramento de riscos. Estes limites são calculados no efeito consolidado de todas as empresas do Grupo Enel no Brasil. Já as instituições que não são classificadas como *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) não são admitidas como contraparte.

Risco de câmbio

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quanto o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

Segue abaixo relação à exposição cambial relacionada a dívidas financeiras denominadas em moeda estrangeira, na posição de dezembro/17:

| | <u>31/12/2017</u> | <u>31/12/2016</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Passivos em Moeda Estrangeira | | |
| Empréstimos e Financiamento | 634.738 | 376.104 |
| Exposição Patrimonial | <u>634.738</u> | <u>376.104</u> |
| Instrumentos Financeiros Notional | (636.120) | (359.494) |
| Exposição Cambial Total | <u>(1.382)</u> | <u>16.610</u> |

Risco de encargos de dívida (taxas de Juros e inflação)

A Companhia monitora periodicamente o impacto potencial de variação nas taxas de juros e inflação de forma a avaliar a eventual necessidade de buscar proteção contra o risco de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados financeiros

volatilidade dessas taxas, através de balanceamento entre ativos e passivos no curto/médio prazos, medidas de diversificação de indexadores ou eventual contratação de derivativos (caso haja disponibilidade em condições adequadas).

A contratação eventual de instrumentos derivativos é sujeita à aprovação prévia por Comitês corporativos e pelo Conselho de Administração da Companhia. Na posição de dezembro/17 a 31/12/2017 a Companhia possuía 5 (cinco) contratos de swap, sendo dois contratos de Libor para CDI, um de dólar para CDI e dois de CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais e variação de taxas de juros.

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço (tabela abaixo em R\$ mil):

| | Categoria | Nível | 31/12/2017 | | 31/12/2016 | |
|---|-----------------------------------|-------|------------|-------------|------------|-------------|
| | | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Ativo | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | Valor justo por meio de resultado | 2 | 305.915 | 305.915 | 251.357 | 251.357 |
| Títulos e valores mobiliários | Valor justo por meio de resultado | 2 | 120.091 | 120.091 | 53.772 | 53.772 |
| Cauções e depósitos vinculados | Empréstimos e recebíveis | 2 | - | - | 63.601 | 63.601 |
| Consumidores | Empréstimos e recebíveis | 2 | 813.540 | 813.540 | 795.626 | 795.626 |
| Consumidores - serviços prestados | Empréstimos e recebíveis | 2 | 85.585 | 85.585 | 84.519 | 84.519 |
| Instrumentos financeiros derivativos - Swap | Empréstimos e recebíveis | 2 | 6.966 | 6.966 | 11.103 | 11.103 |
| Emprestimos com partes relacionadas em moeda nacional | Empréstimos e recebíveis | 2 | 1.202 | 1.202 | 2.356 | 2.356 |
| Ativos financeiros setoriais | Empréstimos e recebíveis | 2 | 75.332 | 75.332 | - | - |
| Ativo indenizável (concessão) | Disponível para venda | 3 | 2.864.913 | 2.864.913 | 2.242.355 | 2.242.355 |
| Passivo | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos em moeda nacional | Outros passivos financeiros | 2 | 1.865.971 | 1.860.676 | 1.875.983 | 1.826.806 |
| Debêntures em moeda nacional | Outros passivos financeiros | 2 | 598.522 | 601.630 | 977.243 | 953.470 |
| Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira | Outros passivos financeiros | 2 | 634.737 | 634.737 | 376.104 | 372.590 |
| Passivos financeiros setoriais | Outros passivos financeiros | 2 | 32.088 | 32.088 | 60.481 | 60.481 |
| Instrumentos financeiros derivativos - Swap | Outros passivos financeiros | 2 | 53.938 | 53.938 | 76.125 | 76.125 |
| Fornecedores | Outros passivos financeiros | 2 | 900.529 | 900.529 | 689.020 | 689.020 |

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

contratação de derivativos especulativos.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (**hedge**) e quais são esses objetivos;

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivo diverso de proteção patrimonial. A utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger ativos e passivos relevantes da empresa, em especial passivos contratados em moedas estrangeiras, a variações dessas moedas ou taxas de juros estrangeiras.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado;

No Grupo Enel, a gestão de riscos de mercado, a nível corporativo, envolve o Comitê Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros, conforme estabelecido pelo controlador, e uma estrutura específica de Risk Management na Diretoria de AFC (Administração, Finanças, Planejamento e Controle). Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão de Riscos Financeiros. O Comitê Global de Gerenciamento de Riscos possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de riscos propostas pelo Controller de risco da Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar quebras de limites; definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos e supervisão global do gerenciamento e controle de riscos.

Localmente, o Diretor Financeiro da Companhia é o responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas de controle e mitigação dos riscos de mercado seguindo as diretrizes da Política Global, apoiado pela estrutura de Finanças da Enel Brasil.

Adicionalmente, com o objetivo de monitorar o cumprimento das políticas internas, inclusive relacionadas a riscos, a Companhia conta com uma equipe de Auditoria Interna, responsável por realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento. Além do comitê de riscos e da auditoria interna, a companhia conta ainda com uma área de Controles Internos que tem por objetivo assegurar que as atividades de controles internos para mitigação de riscos relacionados elaboração das informações financeiras divulgadas são adequadas e estão em funcionamento. Essa área atende a todos requisitos de acompanhamento periódico da Lei Sarbanes Oxley, inclusive com certificação semestral desses controles por auditoria externa.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A gestão dos riscos de mercado está alinhada com os objetivos estratégicos da organização e envolve, além da área de Auditoria e de Controles Internos, os gestores das áreas de negócio e de apoio, definidos como Risk Owners de cada risco identificado como crítico para a companhia. Tais Risk Owners utilizam suas estruturas específicas para o gerenciamento dos riscos, enquanto as áreas de Auditoria e Controles Internos estão estruturadas para executar testes periódicos, assegurando a efetividade dos controles internos da Companhia. A adequação da estrutura operacional e de controles internos é avaliada e corroborada por auditores internos e externos que emitem relatórios periódicos em suas auditorias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

Como controlada indireta da Enel Américas, que possui títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), criando uma área de Controles Internos, que tem a função principal de prover razoável segurança sobre a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, realizando a gestão dos riscos relacionados à atividade, bem como, o monitoramento continuo do ambiente de controles internos com objetivo de garantir a eficácia e eficiência de seus processos e controles em linha com as boas práticas de Governança Corporativa, estrutura COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e em compliance com o PCAOB (Public Company Accounting Oversight Board), ITGC (IT General Controls), dentre outros.

Para todas as deficiências identificadas no sistema de controles internos, são definidos planos de ação, responsável e prazo para remediar-las.

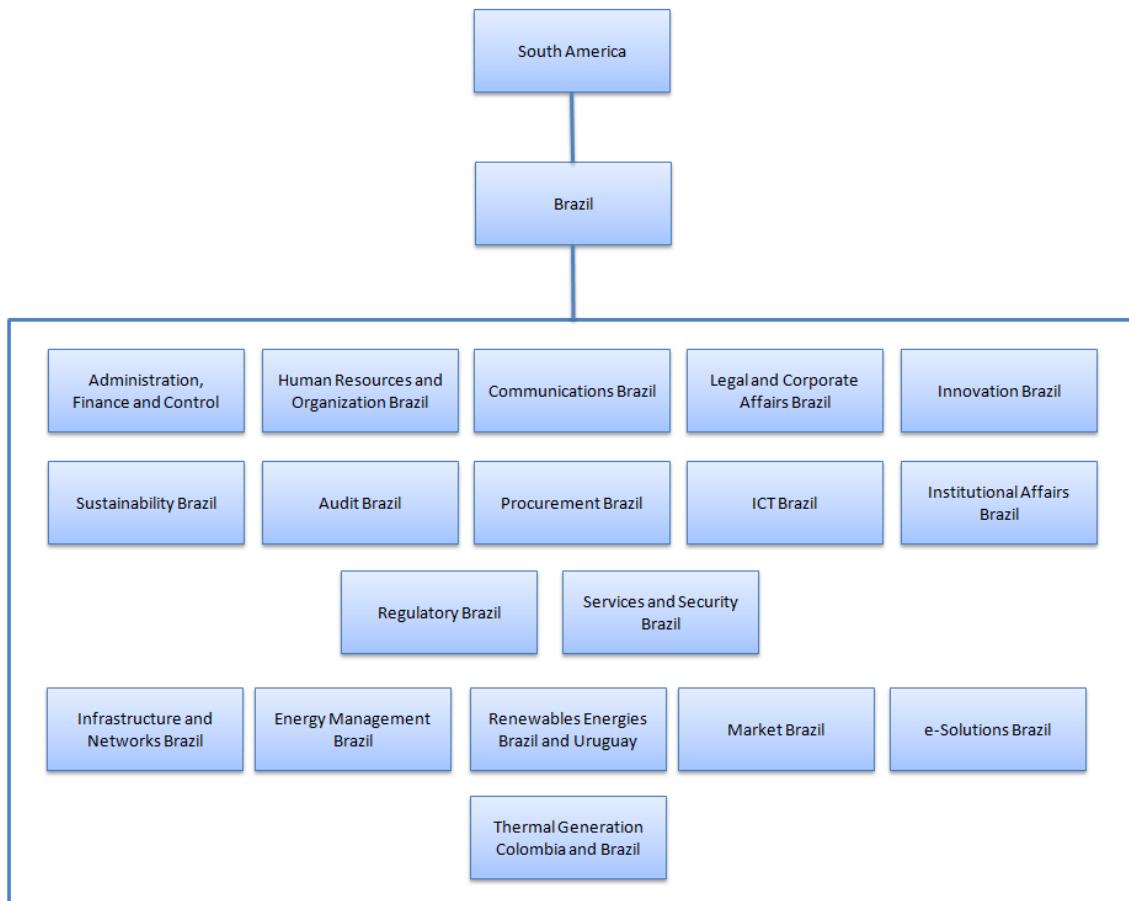
Tomando por base testes executados pela Auditoria Independente contábil, durante todo o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas deficiências de controle significativas ou fraquezas materiais nos controles internos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

b. as estruturas organizacionais envolvidas;

Todas as 18 estruturas organizacionais estão envolvidas nas principais práticas de controles internos.

Uma das etapas da Certificação SOx que ocorreu semestralmente é a etapa de Sign Off, onde os diretores e presidentes Process Owners (dono processo) dos processos, atestam que estão cientes da eficiência e da eficácia dos processos e controles que suportam as demonstrações financeiras por meio da assinatura da Attestation Letters.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;

Os processos/controles que impactam as demonstrações financeiras são auto-avaliados semestralmente, pelos Control Owners (executor controle) e Process Owners (dono processo) dos processos, e testados por uma empresa de Auditoria Independente (Deloitte, atual), para garantir o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley e Lei Italiana 262/05.

A Auditoria Interna realiza avaliações contínuas visando certificar a eficácia dos mecanismos de controles internos, assegurando ao Conselho de Administração e respectivo controle e comitês de Risco "CRC (s)" e Top Management, de que o controle interno e do sistema de gestão de risco eficientemente gerido, contribui para a realização dos objetivos da empresa com uma gestão de riscos adequada.

Para a Auditoria Independente contábil está sendo seguida a regra de rodízio, com troca de 5 em 5 anos, com o objetivo de garantir a independência do resultado que é apresentado ao Conselho de Administração, respectivos Top Managements e Mercado.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

De acordo com o relatório preparado e encaminhando por nossos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram reportadas 16 recomendações e 16 pontos de melhoria, que não representam fatos ou aspectos que possam indicar a presença de deficiências significativas nos controles internos relativos à elaboração e divulgação das respectivas Demonstrações.

As recomendações e os pontos de melhoria foram divididos em: (i) Controles internos (15); (ii) Aspectos Fiscais (08) e (iii) Aspectos de TI (01).

Abaixo relacionamos as recomendações e os pontos de melhoria de forma resumida e estruturada.

(i) Controles Internos:

1 - Monitoramento dos lançamentos pendentes de conciliação

Contextualização: Foi identificado que os itens pendentes de conciliação não são efetivamente monitorados, uma vez que há pendências relevantes em aberto há mais de 360 dias. Além disso, não foi fornecida evidências suficientes que suportem o acompanhamento, cobrança e encerramento tempestivo das pendências identificadas. Considerando que o Grupo se encontra exposto ao ambiente SOX, a Administração deve considerar em seus controles internos a adequada evidenciação e documentação da análise, de modo a garantir que as pendências de conciliação sejam monitoradas e solucionadas tempestivamente.

Comentários da Administração: O Monitoramento dos lançamentos pendentes de conciliação encontra-se em andamento e o prazo para implementação é até 30/06/2018.

2- Revisão da planilha de faturamento da receita de serviços

Contextualização: Foi identificado que a Administração não possui controle interno relacionado a revisão da planilha de faturamento de receita de serviços (RDS), anterior a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

contabilização no SAP. Dessa forma, entendemos que há risco de contabilização de valores indevidos, uma vez que não há um controle de revisão sobre os relatórios de faturamento de RDS.

Comentários da Administração: Evidenciar passos percorridos da revisão no momento em que o Especialista revisar o cálculo efetuado pelo Analista antes de enviar para Accenture emitir as faturas.

3- Revisão das notas fiscais da receita de serviços

Contextualização: Não foi identificada evidência relacionada aos procedimentos de revisão das notas fiscais com base nos contratos de compartilhamento de postes. Dessa forma, concluímos que a Companhia não mantém evidência suficiente que suporte a precisão e sensibilidade do controle de revisão.

Comentários da Administração: Evidenciar passos percorridos da revisão no momento em que o Especialista revisar o cálculo efetuado pelo Analista antes de enviar para Accenture emitir as faturas.

4- Monitoramento e revisão dos novos cadastros de clientes e alteração de cadastros de clientes ativos

Contextualização: Foi identificada a ausência de controles correspondentes à revisão dos novos cadastros de clientes, bem como a revisão das alterações realizadas nos cadastros dos clientes ativos, principalmente no que tange a classe em os clientes são inseridos. Quando seleciona-se uma amostra para análise, verifica-se que um determinado cliente estava cadastrado como residencial quando o correto seria a classe comercial. Portanto, entende-se que a inexistência ou ineficiência do controle não permite à Administração detectar erros nos registros relacionados principalmente às classes dos clientes ou alterações indevidas nos cadastros, que afetam diretamente a tarifa utilizada no cálculo do faturamento e o parâmetro para constituição de PCLD.

Comentários da Administração: O controle de revisão de alteração de titularidade encontra-se em andamento e o prazo para implementação é 30/06/2018.

5- Conciliação do saldo dos depósitos judiciais com os extratos bancários

Contextualização: Foi identificada que não existem evidências suficientes que suportem o controle correspondente à conciliação dos saldos atualizados dos depósitos judiciais com os extratos bancários disponibilizados pelos Bancos.

Comentários da Administração: A implementação do controle de conciliação do saldo dos depósitos judiciais com os extratos bancários encontram-se em andamento e o prazo é até 30/06/2018.

6- Revisão do cálculo da atualização mensal do ativo indenizável

Contextualização: Foi identificada que os procedimentos de revisão efetuados não foram suficientes para garantir a precisão e detecção de erros no processo de cálculo do ativo indenizável das Companhias, uma vez que o processo de revisão (i) não assegurou que todas as baixas ocorridas no período e registradas no intangível foram consideradas no cálculo; e (ii) não assegurou que as fórmulas das vidas uteis estavam consistentes no cálculo. Além disso, durante o processo de revisão das premissas para o percentual de glosas a serem consideradas no cálculo do ativo indenizável, identificamos que (i) foram considerados os laudos desatualizados da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

BRR, impactando nos valores de VOC (valor original contábil); (ii) não foi considerado o valor correto do VNR (valor novo de reposição); (iii) para fins de atualização dos valores a serem utilizados na memória de cálculo das glosas da Companhia, foi considerado o índice de atualização monetária errado (IPCA ao invés do IGP-M); e (iv) foram considerados os valores de VOC das sobras contábeis que não possuem VNR. Dessa forma há o risco de utilizar dados inadequados na atualização do ativo financeiro.

Comentários da Administração: A Companhia aprimorou este controle de modo a evidenciar os passos percorridos da revisão do cálculo de glosa para garantir que cumpriu com os 10% permitidos.

7- Revisão dos elementos PEPs em aberto

Contextualização: Foi identificado que não existe um controle para confirmar que todos os itens de "imobilizado em andamento" foram considerados na avaliação das obras energizadas, considerando que a Companhia não verifica o relatório de imobilização e equipamentos em andamento com o relatório utilizado para calcular a depreciação adicional. Portanto, entende-se que é necessário implementar e considerar em seus controles internos uma conciliação que garanta que todos os ativos fixos em andamento registrados nos livros contábeis sejam considerados nas análises energizadas dos PEPs. Devido à ausência do controle, existe o risco de que a depreciação seja calculada erroneamente.

Comentários da Administração: Em Agosto de 2017, foi formalizado um "Memo" para justificar a diferença / desatualização da base "Obras em Curso" referente ao passado, antes de 2011.

8- Definir e executar procedimentos de validação das Informações Produzidas pela Entidade (IPE) que suportem de revisão dos elementos PEPs em aberto

Contextualização: Não foi identificada evidência relacionada aos procedimentos de validação das informações produzidas pela entidade (IPE), dado que o analista do ativo fixo não valida os relatórios CJ74 (adições) e ZILQ (transferências) que foram extraídos do sistema SAP e portanto não certificando que os relatórios estão íntegros e que não houve perda de dados. Dessa forma, conclui-se que os responsáveis não realizam o procedimento operacional da Companhia em relação a validação dos relatórios gerados, para o cumprimento dos requerimentos de controles internos.

Comentários da Administração: Implementou-se o procedimento de IPE, para os arquivos “transferidos” e “Investimentos” com objetivo de garantir a integridade, totalidade, exatidão e confiabilidade do relatório “Obras em Curso” que é elaborado mensalmente.

9- Revisão de segregação de serviços em curso

Contextualização: Foi identificado que a Administração não considerou corretamente as datas de encerramento dos projetos para fins de segregação dos serviços em curso entre ativo circulante e ativo não circulante. Dessa forma, conclui-se que o control owner não realizou uma revisão com grau de precisão e sensibilidade adequada para identificar esse erro.

Comentários da Administração: Em Março/2018, serviços em curso foi segregado entre circulante e não circulante considerando as datas em conformidade com a expectativa de cada projeto.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

10- Tempestividade na transferência de obras concluídas para o grupo do ativo intangível e ativo imobilizado em serviço

Contextualização: Com base no Relatório de Conclusão de Obra (RCO), foram identificadas que diversas transferências entre o ativo imobilizado e intangível em curso e o ativo imobilizado e intangível em serviço foram realizadas posteriormente ao término do segundo mês subsequente de sua entrada em operação, conforme estipulado pela ANEEL. Identificamos que cerca de 20 itens, da amostra total de 25, foram realizadas após o prazo máximo estabelecido.

Comentários da Administração: Encontra-se em andamento a revisão do fluxo de desativação de todas as empresas e segregação do controle interno em dois, sendo: (a) operações: garantindo que as obras de desativação sejam executadas e enviadas a contabilidade tempestivamente. (b) controle no ativo: garantindo que os RCOS entregues a contabilidade sejam contabilizados até o segundo mês subsequente a partir da data de retira de operação do bem.

11- Evidenciação da revisão do cálculo de PLR

Contextualização: Não foi identificada evidência relacionada aos procedimentos de revisão do cálculo de participação dos lucros. Dessa forma, não é possível concluir sobre a precisão e sensibilidade da revisão do controle.

Comentários da Administração: A área de Recursos Humanos da Companhia passou a formalizar o controle de revisão do cálculo da participação dos funcionários no resultado com objetivo de evidenciar os passos percorridos durante a revisão.

12- Revisão do cálculo da estimativa de compra de energia

Contextualização: Foi identificado um erro no cálculo da estimativa de compra de energia no mercado de curto prazo, devido a premissas inconsistentes usadas pela administração no cálculo da estimativa (Mwh total). Entendemos que a divergência se deu devido à ausência de revisão precisa e capaz de identificar o erro e efetuar as correções em tempo hábil.

Comentários da Administração: Encontra-se em andamento a revisão de todas as etapas do processo e controles relacionados ao cálculo de CVA, considerando desde a obtenção da informação até o cálculo.

13- Definir e executar procedimentos de validação das Informações Produzidas pela Entidade (IPE) que suportem o controle de atualização de cadastro/descadastramento dos clientes baixa renda

Contextualização: Não foi identificado evidência relacionada aos procedimentos de validação das informações produzidas pela entidade (IPE), dado que os analistas de exploração não efetuam um check da base de clientes baixa renda extraídos do Sistema Synergia. Dessa forma, concluímos que os responsáveis não realizam o Procedimento Operacional da Companhia em relação a validação dos relatórios gerados, para o cumprimento dos requerimentos de controles internos.

Comentários da Administração: Encontra-se em andamento a implementação do procedimento de IPE no arquivo de clientes baixa renda extraído do sistema Synergia com objetivo de garantir que o mesmo encontre-se íntegro e completo.

14- Revisão de segregação de serviços em curso

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Contextualização: Foi identificado que o control owner não realizou a devida validação dos relatórios CJ74 (adições) e ZILQ (transferências) que foram extraídos do sistema contábil SAP, com a finalidade de certificar que não houve perda de dados durante a extração. Assim sendo, a Administração precisa implementar e considerar os procedimentos para garantir que os relatórios e dados utilizados nos seus controles internos sejam precisos e completos.

Comentários da Administração: Foi implementado o procedimento de IPE, para os arquivos “transferidos” e “Investimentos” com objetivo de garantir a integridade, totalidade, exatidão e confiabilidade do relatório “Obras em Curso” que é elaborado mensalmente.

15- Cálculo do valor justo dos derivativos

Contextualização: Foi identificado que a Companhia utiliza o percentual de risco de crédito fornecido por sua matriz no Chile para a mensuração do valor justo dos seus derivativos, desta forma a memória e metodologia de cálculo de tais percentuais não é avaliada localmente. Dessa forma, sugerimos que a Companhia implemente controle de forma que possa avaliar a adequação e integridade do percentual utilizado no cálculo.

Comentários da Administração: Encontra-se em andamento a revisão o processo buscando aprimorar a formalização da integridade e adequação do percentual utilizado no cálculo local.

(ii) Aspectos Fiscais:

Comentários da Administração: Os 09 pontos descritos em Aspectos Fiscais tratam-se de pontos de melhoria e interpretação da EY versus da área Tributária da Enel no Brasil, onde entendemos que devemos manter como pontos de atenção com objetivo de evitar riscos de perdas financeiras, legais e reputacionais, em caso de mudança normativa e/ou jurisprudência, são eles:

- 16- Perdas comerciais na distribuição de energia
- 17- Multas aplicadas pela ANEEL - tratamento como diferença temporária
- 18- Registro no resultado das provisões não dedutíveis
- 19- Divergência entre Fcont e saldo inicial das subcontas
- 20- Parte “B” do e-Lalur/e-Lacs – divergências
- 21- Créditos sobre ativo imobilizado: PIS e COFINS
- 22- Créditos sobre aquisição de ativo imobilizado: ICMS
- 23- Avaliação do saldo de FGTS

(iii) Aspectos TI:

24- Ausência de formalização para a concessão de acesso à rede corporativa - Manage Access

Contextualização: Foram identificados 2 casos, de uma amostra total de 25 testados, em que não houve a devida formalização para a concessão do acesso à rede corporativa do Grupo. Dessa forma, concluímos que o Grupo não possui um controle eficaz para acesso de novos usuários a rede corporativa.

Comentários da Administração: Encontra-se em andamento a correção da falha na interface entre os sistemas HR Global x CompAC x ENELINT.GLOBAL, com objetivo de garantir que os cancelamentos automáticos dos logins e senhas de acessos dos usuários desligados sejam realizados tempestivamente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Para todas as deficiências identificadas no sistema de controles internos pelos auditores externos são definidos planos de ação, responsável e prazo para remedia-las com objetivo de garantir que não ocorram novamente, e tais ações são inseridas na Carta de Recomendação, campo “Comentário da Administração”, que é enviada para o Conselho de Administração ter conhecimento.

Tomando por base testes executados pela Auditoria Independente contábil, durante todo o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas deficiências de controle significativas ou fraquezas materiais nos controles internos da Companhia.

| Descrição da Deficiência | Plano (s) de Ação | Status | Areas Responsaveis |
|--|--|--|------------------------------------|
| 1 - Monitoramento dos lançamentos pendentes de conciliação | (i) Aprimorar a revisão dos controles referentes à conciliação de lançamentos pendentes relevantes em aberto há mais de 360 dias. | (i) O Monitoramento dos lançamentos pendentes de conciliação encontra-se em andamento e o prazo para implementação é até 30/06/2018. | (i) AFC - Serviços Administrativos |
| 2- Revisão da planilha de faturamento da receita de serviços | (i) Evidenciar passos percorridos da revisão no momento em que o Especialista revisar o cálculo efetuado pelo Analista antes de enviar para Accenture emitir as faturas. | (i) Remediado em Março de 2018 | (i) Mercado – Grandes Clientes |
| 3- Revisão das notas fiscais da receita de serviços | (i) Evidenciar passos percorridos da revisão no momento em que o Especialista revisar o cálculo efetuado pelo Analista antes de enviar para Accenture emitir as faturas. | (i) Remediado em Março de 2018 | (i) Mercado – Grandes Clientes |
| 4- Monitoramento e revisão dos novos cadastros de clientes e alteração de cadastros de clientes ativos | (i) Implementar controle de revisão da alteração de titularidade. | (i) O controle de revisão de alteração de titularidade encontra-se em andamento e o prazo para implementação é 30/06/2018. | (i) Mercado - Atendimento |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

| Descrição da Deficiência | Plano (s) de Ação | Status | Areas Responsaveis |
|--|---|--|-------------------------------------|
| 5- Conciliação do saldo dos depósitos judiciais com os extratos bancários | (i) Implementar controle de conciliação dos extratos bancários com o saldo das contas de depósitos Judiciais. | (i) Em Andamento - prazo de implementação previsto para 30/06/2018 | (i) Jurídico |
| 6- Revisão do cálculo da atualização mensal do ativo indenizável | (i) Evidenciar passos percorridos da revisão do cálculo de glosa para garantir que cumprir com os 10% permitidos. | (i) Remediado em Abril de 2018. | (i) AFC/ Contabilidade – Ativo Fixo |
| 7- Revisão dos elementos PEPs em aberto | (i) Formalizar um "Memo" para justificar a diferença / desatualização da base "Obras em Curso" referente ao passado, antes de 2011. | (i) Remediado em Agosto de 2017. | (i) AFC/ Contabilidade – Ativo Fixo |
| 8- Definir e executar procedimentos de validação das Informações Produzidas pela Entidade (IPE) que suportem de revisão dos elementos PEPs em aberto | (i) Implementar o procedimento de IPE, para os arquivos “transferidos” e “Investimentos” com objetivo de garantir a integridade, totalidade, exatidão e confiabilidade do relatório “Obras em Curso” que é elaborado mensalmente. | (i) Remediado em Março de 2018. | (i) AFC/ Contabilidade – Ativo Fixo |
| 9- Revisão de segregação de serviços em curso | (i) Segregar entre circulante e não circulante considerando as datas em conformidade com a expectativa de cada projeto. | (i) Remediado em Março de 2018. | (i) AFC/ Contabilidade – Ativo Fixo |
| 10- Tempestividade na transferência de obras concluídas para o grupo do ativo intangível e ativo imobilizado em serviço | (i) Revisar o fluxo de desativação de todas as empresas e segregar o controle interno em dois, sendo: (a) operações: garantir que as obras de desativação sejam executadas e enviadas a contabilidade tempestivamente. (b) controle no ativo: garantir que os RCOS entregues a contabilidade sejam contabilizados até o segundo mês subsequente a partir da data de retira de operação do bem | (i) Em Andamento - prazo de implementação previsto para 30/06/2018 | (i) AFC/ Contabilidade – Ativo Fixo |

| Descrição da Deficiência | Plano (s) de Ação | Status | Areas Responsaveis |
|---|---|--|---|
| 11- Evidenciação da revisão do cálculo de PLR | (i) Passar a formalizar o controle de revisão do cálculo da participação dos funcionários no resultado com objetivo de evidenciar os passos percorridos durante a revisão. | (i) Remediado em Abril de 2018. | (i) Recursos Humanos – Desenvolvimento |
| 12- Revisão do cálculo da estimativa de compra de energia | (i) Revisar todas as etapas do processo e controles relacionados ao cálculo de CVA, considerando desde a obtenção da informação até o cálculo. | (i) Em Andamento - prazo de implementação previsto para 30/06/2018 | (i) Regulação |
| 13- Definir e executar procedimentos de validação das Informações Produzidas pela Entidade (IPE) que suportem o controle de atualização de cadastro/descadastramento dos clientes baixa renda | (i) Implementar procedimento de IPE no arquivo de clientes baixa renda extraído do sistema Synergia com objetivo de garantir que o mesmo encontra-se íntegro e completo. | (i) A definição e execução de procedimentos de validação das informações produzidas pela entidade (IPE) encontra-se em andamento e o prazo para implementação é até 30/06/2018 | (i) Mercado - Gestão de Crédito e Operações Comerciais Brasil |
| 14- Revisão de segregação de serviços em curso | (i) Implementar o procedimento de IPE, para os arquivos “transferidos” e “Investimentos” com objetivo de garantir a integridade, totalidade, exatidão e confiabilidade do relatório “Obras em Curso” que é elaborado mensalmente. | (i) Remediado em Março de 2018. | (i) AFC/ Contabilidade – Ativo Fixo |
| 15- Cálculo do valor justo dos derivativos | (i) Revisar o processo buscando aprimorar a formalização da integridade e adequação do percentual utilizado no cálculo local. | (i) Em Andamento - prazo de implementação previsto para 30/06/2018 | (i) AFC – Administração – Critérios Contábeis |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Política de Gestão de Riscos da Companhia, descrita no item 5.1 acima, segue um Programa de Integridade aprovado por seu Conselho de administração que objetiva garantir aderência aos requisitos da legislação brasileira Anticorrupção (Lei 12.846/13), através do qual se estabelece uma série de medidas preventivas relacionadas a “responsabilidade penal corporativa”. Este programa foi avaliado pelo Ministério da Transparéncia e obteve o reconhecimento de Empresa Pró-Ética nos anos de 2016 e 2017. Além disso, o Grupo Enel conta com um Programa Global de *Compliance* (adotado pelas companhias do grupo Enel no Brasil com a aprovação do Conselho de Administração da Companhia em dezembro de 2016) que foi criado para todas as empresas do Grupo Enel no mundo que toma como referencias os requisitos das mais avançadas leis anticorrupção como as FCPA e UK Bribery Act 2010.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

- **Código de Conduta:** A Companhia dispõe de um Código de Ética, que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com esta empresa.
- **Plano de Tolerância Zero Corrupção “Plano TCC”:** O Grupo Enel é comprometido com o respeito a seu Código de Ética e com os compromissos alcançados mediante a adesão ao Pacto Global. Dessa forma, exige aos seus trabalhadores que sejam honestos, transparentes e justos no desempenho de suas tarefas. Os mesmos compromissos também são exigidos às demais partes interessadas, ou seja, às pessoas, grupos e instituições que contribuem para o alcance de seus objetivos, ou que estejam envolvidos nas atividades desempenhadas para obtê-los. Em cumprimento ao décimo princípio do Pacto Global, segundo o qual "as empresas se comprometem a combater a corrupção de qualquer forma, incluindo a extorsão e o suborno", é intenção da Enel Brasil continuar firme em seu compromisso de lutar contra a corrupção, mediante a aplicação dos critérios de transparéncia recomendados pelo "*Transparency International*".
- **Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas:** O relacionamento da Enel com órgãos e autoridades da administração pública está regulamentado pelo Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas - documento anexo ao Código de Ética, que visa: (i) estabelecer princípios claros de atuação que orientem as ações para aqueles que tenham relacionamento com funcionários públicos ou autoridades públicas, como forma de prevenir a ocorrência de práticas ilícitas; (ii) Proteger o processo de competência e o correto funcionamento dos mercados, mediante a prevenção e eliminação de práticas que suponham vantagens competitivas ilícitas; (iii) Velar pela aplicação dos princípios de transparéncia e o correto trato nas relações com funcionários públicos e autoridades públicas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **Política de Doações a Partidos Políticos:** O Grupo Enel se abstém de exercer qualquer tipo de pressão ilícita, direta ou indiretamente, sobre políticos; não financia partidos políticos, nem seus representantes ou candidatos, nem no Brasil nem em outros países; nem patrocina nenhum acontecimento cujo fim exclusivo seja a propaganda política. Eventuais situações críticas, na observância de tais disposições, e na legislação vigente, deverão ser submetidas ao prévio exame do Comitê de Auditoria e Cumprimento da Enel Brasil. Presente no Plano de Tolerância Zero Corrupção “Plano TCC”, aprovado em 16/12/2010 pelo Conselho de Administração da Ampla.
- **Protocolo de Recebimento e oferecimento de presentes, lembranças, favores e outros de caráter similar:** Não se admite nenhum tipo de presente que possa ser interpretado como algo que excede às práticas comerciais ou de cortesia normais ou, de qualquer forma oferecidos com a intenção de receber um tratamento considerado como favor na realização de qualquer atividade vinculada à Enel. Em particular, é proibida qualquer forma de presente a funcionários públicos brasileiros ou estrangeiros, auditores, conselheiros da Enel e suas subsidiárias, revisores ou seus familiares, que possam influenciar na independência de julgamento ou induzir a garantia de qualquer tipo de favor. Essa norma, que não admite derrogações nem sequer naqueles países onde oferecer presentes de valor aos parceiros comerciais é um costume, é aplicável tanto a presentes prometidos ou oferecidos como aos já recebidos. Deve-se esclarecer que por presente se entende qualquer tipo de favor (participação gratuita em convênios, promessa de uma oferta de trabalho, etc.). Em qualquer caso, o Grupo Enel se abstém de práticas não permitidas pela legislação aplicável, pelos usos comerciais ou pelos códigos éticos – caso se conheçam – das empresas ou das entidades com as quais mantém relações. Os brindes oferecidos pelo Grupo estão destinados a promover a imagem da marca. Os presentes oferecidos – salvo aqueles de valores módicos – deverão ser administrados e autorizados conforme os protocolos empresariais e documentados adequadamente. Os colaboradores da Enel que receberem presentes ou favores não autorizados nos casos previstos deverão comunicá-lo à Auditoria Interna, que avaliará se são pertinentes ou não. Estes compromisso e diretrizes de comportamento estão formalizados no Protocolo de Recebimento e oferecimento de presentes, lembranças, favores e outros de caráter similar aprovado pelo Conselho de Administração da Ampla em 24/08/2012.
- **Canal de Denúncias:** É exigido aos empregados, responsáveis e conselheiros da Enel que avisem sobre toda infração, ou suspeita de infração, ao Plano TCC, e, de forma geral, do Código de Ética, à Auditoria Interna da Enel, encarregada de analisar a denúncia e, caso necessário, falar com o informante e a pessoa responsável pela suposta infração. As denúncias deverão ser apresentadas através do e-mail do Canal Ético da Enel (<http://www.ethicspoint.com/>) ou por carta ao seguinte endereço: Enel Brasil S.A. Auditoria Interna, Praça Leoni Ramos, nº 1 – bloco 1 – 5º andar, 24210-205-São Domingos, Niterói - Rio de Janeiro. Os demais interessados também devem enviar suas denúncias sobre infrações ou suspeitas de infrações a este mesmo endereço. Em todos os casos, a Enel garante a confidencialidade da identidade da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho. As infrações ao Plano TCC são encaminhadas ao Comitê de Auditoria e Cumprimento que, nos casos mais significativos, após a oportuna análise, informará ao Presidente da Enel ou, conforme seja o caso, ao Conselho de Administração, sobre as infrações e as sanções que delas se derivarem.
- **Comunicação:** Informa-se ao pessoal sobre a existência do Plano TCC por meio das ferramentas de Comunicação interna; Todos os empregados recebem uma cópia do Plano TCC; Nos contratos assinados pela Enel, inclui-se uma nota informativa sobre a adoção do Plano TCC; O Plano TCC se encontra à disposição de todas as partes interessadas no site da empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Responsável pela Auditoria Interna no Brasil foi formalmente nomeado pelo Conselho de Administração como “Responsável pela Prevenção de Delitos” (correspondente à função de Compliance Officer) e possui, entre suas principais funções, apoiar o Conselho de Administração na implantação e manutenção do Programa de Compliance da Enel.

A unidade de Auditoria Interna é a responsável por realizar a análise de riscos e prever controles, recebimento e tratamento de denúncias sobre possíveis violações aos normativos éticos do Grupo e pela definição do plano de treinamento.

Dada a relevância do Programa de Integridade e considerando que o mesmo permeia todas as áreas da Companhia, o “Responsável por prevenção de delitos (Compliance Officer) ” conta com o apoio dos diretores Jurídico, suportado formalmente pela unidade Compliance dentro da diretoria Jurídica, e de Recursos Humanos, através do “Comitê de Supervisão do Programa de Integridade”, cuja principal função é monitorar a eficácia e a atualização do Programa.

O Comitê de Supervisão do Programa de Integridade do Grupo Enel tem como principal objetivo monitorar a eficácia e atualização do Programa de Integridade, a fim de prevenir ou mitigar os riscos que possam gerar responsabilidades para a Enel e para as Sociedades. Para isso, fiscaliza o cumprimento das disposições do Programa e das normas éticas aplicáveis; verifica a eficiência do Programa para prevenir a ocorrência de quaisquer situações contrárias ao mesmo ou à legislação vigente; atualiza periodicamente o Programa com o intuito de adaptá-lo às necessidades das Sociedades e as mudanças legais; além de analisar o descumprimento éticos identificados e determinar as medidas disciplinares aplicáveis.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia dispõe de um Código de Ética, que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas. Esses compromissos e responsabilidades guiam todas ações da Companhia, fornecendo um modelo de como todos devem interagir com outras pessoas da Companhia, parceiros, fornecedores e clientes.

Dentre as orientações estabelecidas no Plano de Tolerância Zero temos a obediência ao Pacto Global e as definições claras das políticas realizadas para atos de suborno, comissões ilícitas ou qualquer outro pagamento inadequado. Dessa forma, a Companhia se compromete a observar as leis e normas nacionais e internacionais anticorrupção.

(iii.i) se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Os princípios e condições contidas no Código de Ética têm como seus destinatários os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e Cumprimento e de outros órgãos de controle do Grupo Enel e das demais sociedades do Grupo, como também responsáveis e colaboradores ligados ao Grupo por meio de relações contratuais de qualquer natureza, incluindo contratos ocasionais e/ou apenas temporários. Além disso, a Enel exige que todas as empresas controladas ou coligadas, como também seus principais fornecedores e parceiros, se conduzam de acordo com os princípios gerais deste Código.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Adicionalmente esses compromissos estão formalmente refletidos nos contratos assinados com intermediários, fornecedores e prestadores de serviços.

(iii.ii) se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A periodicidade dos treinamentos de empregados para garantir conhecimento quanto a Governança Corporativa da Companhia é realizada anualmente com o objetivo de disseminar as boas práticas.

(iii.iii) as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Código de Ética da Enel prevê a aplicação de medidas disciplinares em casos de violações confirmadas, essas medidas são definidas pelo Comitê de Supervisão do Programa de Integridade em reunião específica.

(iii.iv) órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética e o Plano de Tolerância Zero Corrupção foi aprovado em 16/12/2010 pelo Conselho de Administração da Ampla e está disponível no site da companhia pelo caminho <https://www.enel.com.br/pr/investidores/a201612-comportamento-etico.html>

(b) canal de comunicação

Conforme mencionado nos itens anteriores, as denúncias deverão ser apresentadas através do e-mail do Canal Ético da Enel Brasil (<http://www.ethicspoint.com/>) ou por carta ao seguinte endereço: Enel Brasil S.A. Auditoria Interna, Praça Leoni Ramos, nº 1 – bloco 1 – 5º andar, 24210-205-São Domingos, Niterói - Rio de Janeiro.

Além disso a Companhia possui um Canal Ético disponível na intranet, internet e através de telefone (0800-892-0696), o Canal recebe denúncias sobre práticas e comportamentos corporativos inadequados, referentes à confidencialidade, conflitos de interesse em auditorias, apropriação indevida, meio ambiente, saúde e segurança e problemas com fornecedores e prestadores de serviço. O Canal atende às exigências da Lei Sarbanes-Oxley.

Há também a ouvidoria interna, área destinada a receber reclamações dos colaboradores, tem sua gestão realizada desde outubro de 2014 por uma empresa externa e independente, responsável por encaminhar as queixas ou comunicações a Recursos Humanos, garantindo a confidencialidade do autor. A mudança buscou conferir mais autonomia e transparência a esse canal de relacionamento.

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de denúncias é administrado por uma empresa externa que mantém a confidencialidade das informações enviadas. Por outro lado, a gestão e o tratamento, das indicações recebidas está sob responsabilidade da Auditoria Interna.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o receber indicações de todos os stakeholders.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Em todos os casos, o Grupo Enel garante o anonimato e a confidencialidade das informações enviadas ao canal, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As indicações enviadas ao Canal de denúncias são apuradas pela equipe da Auditoria Interna da Enel.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A Enel realiza verificações sobre risco de práticas irregulares, como parte das atividades de Due Diligence realizadas durante processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, verificamos que são dadas as condições mínimas necessárias para cumprir as diretrizes dos documentos éticos, além disso solicita-se aos Conselhos de Administração das empresas nas quais a Enel Brasil possui participação societária que adotem o Código Ético e o Plano TCC.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houveram alterações significativas nos três últimos exercícios sociais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, reforçadas pelo apoio de sua controladora para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, a Administração entende que o nível de endividamento da Companhia é compatível com a situação econômico-financeira da empresa e com a expectativa do mercado, considerando o resultado da exitosa negociação de *covenants* realizada em dezembro de 2015 e o cumprimento dos compromissos de respaldo assumidos pela controladora, que culminou com o aumento de Capital no valor de R\$ 1.200 milhão realizado em dezembro de 2017. Esta posição se reflete em um nível de rating avaliado em brAAA (escala nacional), superior ao soberano do Brasil. A Companhia encerrou 2017 com uma alavancagem financeira bruta (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,47 e com o Índice Dívida Bruta / EBITDA (EBITDA e Dívida Bruta acumulado nos últimos 12 meses) em 3,68.

O índice que relaciona a Dívida Líquida pelo EBITDA (Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização), encerrou em 3,15. O EBITDA acumulado dos 12 últimos meses referente a posição de 31 de dezembro de 2017 aumentou 25%, quando comparado com 2016.

Com o nível atual nível de alavancagem, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Em dezembro de 2017, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional de longo prazo 'AAA(bra)' à Companhia e à sua nona emissão de debêntures, no montante de R\$ 600 milhões. A Perspectiva do rating corporativo é estável. E em 21 de fevereiro de 2018, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's Rating Services ("S&P") elevou o rating de crédito corporativo da Ampla de longo prazo na Escala Global de 'BB' para 'BB+' e na Escala Nacional Brasil de brAA- para 'brAAA'. A perspectiva dos ratings em ambas as escalas é estável.

A Companhia mantém liquidez e acesso a créditos de mercado e intercompanhia para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações. A Ampla Energia encerrou 2017 com o custo da dívida médio em 10,31% a.a., ou CDI + 1,77% a.a. (incluindo o custo de financiamento de longo prazo com recursos da Enel Brasil). Uma parte significativa dos financiamentos foi realizada com o BNDES, com custos abaixo da média praticada pelo mercado financeiro.

| Indicadores de Endividamento | Exercício findo em 31/12/2017 | Exercício findo em 31/12/2016 | Exercício findo em 31/12/2015 |
|--|--|--|--|
| Dívida Bruta / EBITDA | 3,68 | 3,50 | 3,40 |
| Dívida Líquida / EBITDA | 3,15 | 3,03 | 2,95 |
| EBITDA / Despesa Financeira Líquida | 3,53 | 2,81 | 2,37 |
| Dívida Bruta / (Dívida Bruta+PL) | 0,47 | 0,50 | 0,42 |
| Dívida Líquida / (Dívida Líquida +PL) | 0,43 | 0,46 | 0,38 |
| Indicadores de liquidez | Exercício findo em 31/12/2017 | Exercício findo em 31/12/2016 | Exercício findo em 31/12/2015 |
| Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante) | 1,56 | 1,39 | 1,47 |
| Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante) | 0,80 | 0,81 | 1,19 |
| Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante) | 0,16 | 0,14 | 0,13 |

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Fin. Derivativos SWAP, presente no ativo e passivo circulante e não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para se obter a Dívida Líquida, subtraí-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

| | Exercício findo em 31/12/2017 | Exercício findo em 31/12/2016 | Exercício findo em 31/12/2015 |
|---|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Capital Próprio = PL (R\$ mil) | 3.356.968 | 2.269.847 | 2.513.420 |
| Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil) | 2.551.267 | 1.964.373 | 1.557.700 |
| TOTAL (R\$ mil) | 5.908.235 | 4.234.220 | 4.071.120 |
| Capital Próprio (%) | 56,82% | 53,61% | 61,74% |
| Capital de Terceiros (%) | 43,18% | 46,39% | 38,26% |

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

2017

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financeiras de projetos de investimentos. Em 2017, 56,82% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 43,18% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

2016

No exercício de 2016, as operações da Companhia foram financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financeiras de projetos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2016, 53,61% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 46,39% oriundos de capital de terceiros. Com estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequado.

2015

No exercício de 2015, as operações da Companhia foram financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financeiras de projetos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2016, 61,74% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 38,26% oriundos de capital de terceiros, proporções que demonstram uma estrutura de capital adequada.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final do exercício de 2017, considerando o fluxo de caixa, a situação de liquidez das disponibilidades e o balanço patrimonial da Companhia, observa-se satisfatória capacidade de pagamento dos compromissos financeiros, refletida no cumprimento de todos os covenants financeiros assumidos pela Companhia em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo:

| Obrigações Especiais Financeiras - Empréstimos e Financiamentos | Contrato | Valor Compromissado | Exercício findo em 31/12/2017 | Exercício findo em 31/12/2016 | Exercício findo em 31/12/2015 |
|---|-------------------|------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Dívida Financeira Líquida*/ EBITDA (máximo) | BNDES 2011 | 3,50 | 3,15 | 3,03 | 2,95 |
| Dívida Financeira Líquida*/ (PL +Dívida Financeira Líquida*) (máximo) | BNDES 2011 | 0,60 | 0,43 | 0,46 | 0,38 |
| Dívida Bancária Líquida*/ EBITDA (máximo) | BNDES 2012 e 2014 | 3,50 | 1,86 | 2,11 | 1,23 |
| Dívida Bancária Líquida*/ (PL +Dívida Bancária Líquida*) (máximo) | BNDES 2012 e 2014 | 0,60 | 0,26 | 0,26 | 0,15 |
| Dívida Financeira Líquida*/ EBITDA (máximo) | CITIBANK N.A. | 3,50 | 3,15 | 3,03 | 2,95 |
| Dívida Financeira Líquida*/ (PL +Dívida Financeira Líquida*) (máximo) | CITIBANK N.A. | 0,60 | 0,43 | 0,46 | 0,38 |

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Obrigações Especiais Financeiras - Debêntures | Contrato - Emissões de Debentures | Valor Compromissado | Exercício findo em 31/12/2017 | Exercício findo em 31/12/2016 | Exercício findo em 31/12/2015 |
|---|--|---------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Dívida Financeira Líquida** / EBITDA (máximo) | 6 ^a , 7 ^a e 8 ^a | 3,50 | - | 3,03 | 2,95 |
| EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas* (mínimo) | 6 ^a e 7 ^a | 1,75 | - | 2,81 | 2,37 |
| Dívida Financeira Líquida** / (PL + Dívida Financeira Líquida**) (máximo) | 8 ^a | 0,60 | - | 0,46 | 0,38 |
| Dívida Financeira Líquida** / EBITDA (máximo) | 9 ^a | 4,00 | 3,15 | - | - |
| Dívida Financeira Líquida** / (PL + Dívida Financeira Líquida**) (máximo) | 9 ^a | 0,60 | 0,43 | - | - |

**Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

*Despesa Fin. Líquida = Encargos de Dívida Não Subordinada + Variação Monetária - Renda de Aplicações Financeiras

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos de longo prazo, para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida; e (iii) preservar seu nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

2017

Ao final do exercício de 2017, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2017, medindo 3,15, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2017 em 0,43 (versus limite referencial de 0,60), os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com capital com mais capital de terceiros no futuro.

2016

Ao final do exercício de 2016, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou o ano, medindo 3,03, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente de pagamento. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou o exercício em 0,46 (versus um limite referencial de no máximo 0,60), os diretores entendem que a Companhia encerrou este exercício com um nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações e investimentos com mais capital de terceiros no futuro. Observa-se, ainda, por meio do índice de cobertura dos gastos financeiros (EBITDA sobre despesas financeiras líquidas, demonstrado na tabela acima) o qual encerrou o período em 2,81, acima do limite mínimo de 1,75, que a companhia possui capacidade suficiente de pagamento dessas despesas.

2015

Ao final do exercício de 2015, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou o ano, medindo 2,95, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente de pagamento. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou o exercício em 0,38 (versus um limite referencial de no máximo 0,60), os diretores entendem que a Companhia encerrou este exercício com um nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações e investimentos com mais capital de terceiros no futuro. Observa-se, ainda, por meio do índice de cobertura dos gastos financeiros (EBITDA sobre despesas financeiras líquidas, demonstrado na tabela acima) o qual encerrou o período em 2,37, acima do limite mínimo de 1,75, que a companhia possui capacidade suficiente de pagamento dessas despesas.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais (2015, 2016 e 2017), as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; e (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais do programa Baixa Renda; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversos bancos; (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão); (v) empréstimos contratados no mercado financeiro; e (vi) empréstimos intercompanhia realizados pela sua controladora (até R\$ 2.200 milhões já aprovados pela Aneel até dezembro de 2019).

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura de parte relevante das necessidades de recursos financeiros, incluindo investimentos. A Companhia busca financiamento por meio de operações bancárias e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos, sobretudo para realização de investimentos e refinanciamento de dívidas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

No exercício de 2017, foram captados o montante de R\$ 417.467 mil para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia com recursos oriundos de repasses do BNDES; R\$ 250.000 mil foram oriundos de fontes bancárias de longo prazo para financiar capital de giro; e R\$ 600.000 mil para financiar capital de giro e reperfilar as dívidas da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

No exercício de 2016, foram captados o montante de R\$ 235.546 mil para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia com recursos oriundos de repasses do BNDES; R\$ 427.717 mil foram oriundos de fontes bancárias de longo prazo para financiar capital de giro.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

No exercício de 2015, foram captados o montante de R\$ 113.917 mil para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia com recursos oriundos de repasses do BNDES; R\$ 136.702 mil foram oriundos de linhas de financiamento bancárias para financiar capital de giro.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para eventuais coberturas do caixa, a companhia poderá utilizar-se de linhas *revolving* de crédito bancário, já contratadas e imediatamente disponíveis, e contas garantidas mantidas para este fim. Em 2017, estas linhas de back-up financeiro somavam R\$ 150.000 mil. Também para capital de giro, a companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mutuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 10 de dezembro de 2019 no valor de até R\$ 2.200.000 mil, dos quais, em 31 de dezembro de 2017, estavam disponíveis o montante de R\$ 830.000 mil. Tais opções têm se demonstrado plenamente acessíveis à companhia, em decorrência do seu perfil de riscos financeiros.

Para execução de investimentos, a Companhia costuma utilizar financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, como por exemplo, BNDES, e também a emissão de dívida no mercado de capitais.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Exercícios 2017, 2016 e 2015

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Empréstimos (f) | Exercício findo em 31/12/2017 | Exercício findo em 31/12/2016 | Exercício findo em 31/12/2015 |
|---|--|--|--|
| Banco do Brasil S.A. | - | - | 101.813 |
| Banco do Brasil S.A. | - | - | 30.424 |
| Itaú BBA International PLC | 255.433 | - | - |
| Citibank N.A. | 125.400 | 126.054 | - |
| Santander Chile | 253.905 | 250.050 | - |
| Total de Empréstimos | 634.738 | 376.104 | 132.237 |
| Financiamentos | Exercício findo em 31/12/2017 | Exercício findo em 31/12/2016 | Exercício findo em 31/12/2015 |
| BNDES (CAPEX 2011) (a) | 35.619 | 45.795 | 55.972 |
| BNDES (CAPEX 2011) (a) | 10.020 | 29.593 | 48.622 |
| BNDES (CAPEX 2011) (a) | 9.936 | 29.605 | 48.642 |
| BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b) | 44.780 | 53.047 | 61.313 |
| BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b) | 60.551 | 83.845 | 106.274 |
| BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b) | 60.578 | 83.879 | 106.317 |
| BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b) | 1.566 | 2.066 | - |
| BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c) | 38.423 | 44.758 | 56.854 |
| BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c) | 113.104 | 140.027 | 56.920 |
| BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c) | 133.131 | 151.392 | - |
| BNDES A1 ITAÚ (d) | 109.966 | - | - |
| BNDES B1 ITAÚ (d) | 78.285 | - | - |
| BNDES C1 ITAÚ (d) | 12.620 | - | - |
| BNDES A2-BRADESCO (d) | 70.359 | - | - |
| BNDES B2-BRADESCO (d) | 50.105 | - | - |
| BNDES C2-BRADESCO (d) | 8.078 | - | - |
| BNDES A3-SANTANDER (d) | 50.563 | - | - |
| BNDES B3-SANTANDER (d) | 36.345 | - | - |
| BNDES C3-SANTANDER (d) | 5.822 | - | - |
| Total de Financiamentos | 929.851 | 664.007 | 540.914 |
| <u>Partes Relacionadas</u> | | | |
| Enel Brasil | 936.119 | 1.211.976 | 878.138 |
| Total de Empréstimos com Partes Relacionadas | 936.119 | 1.211.976 | 878.138 |
| Total de Empréstimos e Financiamentos | 2.500.708 | 2.252.087 | 1.551.289 |
| Resultado das Operações de Swap | 46.972 | 65.809 | 0 |
| Total de Empréstimos e Financiamentos | 2.547.680 | 2.317.896 | 1.551.289 |
| Circulante | 1.090.025 | 373.422 | 119.520 |
| Não Circulante | 1.410.683 | 1.878.665 | 1.431.769 |

Características das operações contratadas:

- Repasso BNDES FINEM/FINAME 2011 - Financiamento para o plano de investimento 2010/2011 da Companhia contratado em 15 de agosto de 2011, no montante total de R\$ 331.397.000,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- Repasso BNDES FINEM/FINAME 2012/2013 – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 21 de junho de 2013, no montante total de R\$ 450.170.685,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- c) Repasse BNDES FINEM/FINAME 2014/2015 – Financiamento para o plano de investimento 2014/2015 da Companhia contratado em 04 de setembro de 2015, no montante total de R\$ 476.612.954,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- d) Repasse BNDES FINEM/FINAME 2016/2017- Financiamento para o plano de investimento 2016/2017 da Companhia contratado em 15 de setembro de 2017, no montante total de R\$ 513.953.000,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- f) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia
 - Contrato com Citibank N.A – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 06 de janeiro de 2016, no montante total de USD 37.128.712,87, equivalentes a R\$ 150.000.000,00;
 - Contrato com Itaú BBA International – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 05 de julho de 2017, no montante total de USD 75.620.084,69, equivalentes a R\$ 250.000.000,00;
 - Contrato de Abertura de Crédito com Banco Santander Chile (Nº 6.127-2016) – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 07 de março de 2016, no montante total de USD 75.000.000,00, equivalentes a R\$ 277.717.500,00.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

| Curva de Amortização Emp. e Financ. LP (R\$ Mil) | Exercício findo em 31/12/2017 | Exercício findo em 31/12/2016 | Exercício findo em 31/12/2015 |
|--|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 2017 | - | - | 168.193 |
| 2018 | - | 273.524 | 148.818 |
| 2019 | 662.773 | 1.401.522 | 1.006.496 |
| 2020 | 208.305 | 104.908 | 62.582 |
| 2021 | 427.486 | 74.200 | 45.680 |
| Após 2021 | 112.119 | 24.511 | - |
| | 1.410.683 | 1.878.665 | 1.431.769 |

Debêntures

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

| | Exercício findo em 31/12/2017 | | Exercício findo em 31/12/2016 | | Exercício findo em 31/12/2015 | |
|---------------------------------|-------------------------------|----------------|-------------------------------|----------------|-------------------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| 1ª série - 6ª emissão | - | - | - | - | 58.869 | - |
| 2ª série - 6ª emissão | - | - | 95.300 | 87.831 | 92.884 | 164.613 |
| 1ª série - 7ª emissão | - | - | 50.302 | - | 50.624 | 50.000 |
| 2ª série - 7ª emissão | - | - | 150.482 | 274.287 | 12.593 | 385.551 |
| 1ª série - 8ª emissão | - | - | 60.903 | 100.000 | 11.050 | 150.000 |
| 2ª série - 8ª emissão | - | - | 60.903 | 100.000 | 11.050 | 150.000 |
| 1ª série - 9ª emissão | 1.630 | 600.000 | - | - | - | - |
| (-) Custos a Amortizar | | -3.108 | -972 | -1793 | -1.202 | -2.701 |
| Total sem Efeito de Swap | 1.630 | 596.892 | 416.918 | 560.325 | 235.868 | 897.463 |
| Resultado das operações de Swap | - | - | -787 | - | -1912 | -5.385 |
| Total de Debêntures Líquido | 1.630 | 596.892 | 416.131 | 560.325 | 233.956 | 892.078 |

Em 31 de dezembro de 2017, as debêntures são simples e não conversíveis em ações. Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) encontram-se registrados no ativo circulante e não circulante nos valores de R\$ 2.637 (R\$ 787 em 31 de dezembro de 2016).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Características das emissões:

| Características | 6ª emissão | 6ª emissão |
|------------------------|--|--|
| | 1ª Série | 2ª Série |
| Conversibilidade | Debêntures simples, não conversíveis em ações | Debêntures simples, não conversíveis em ações |
| Espécie | Quirografária | Quirografária |
| Tipo e forma | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados |
| Quantidade de títulos | 11.700 debêntures simples | 18.300 debêntures simples |
| Valor nominal | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.000,00 |
| Data de emissão | 15 de junho de 2011 | 15 de junho de 2011 |
| Vencimento inicial | 15 de junho de 2015 | 15 de junho de 2016 |
| Vencimento final | 15 de junho de 2016 | 15 de junho de 2018 |
| Atualização monetária | Sem atualização | IPCA |
| Repactuação | Não haverá | Não haverá |
| Remuneração | CDI+1,2% a.a. | IPCA+7,90% a.a. |
| Exigibilidade de juros | Semestral | Anual |
| Amortizações | Em duas parcelas anuais | Em três parcelas anuais |
| Data das amortizações | 2015 e 2016 | 2016, 2017 e 2018 |

| Características | 7ª emissão | 7ª emissão |
|-----------------------|--|--|
| | 1ª Série | 2ª Série |
| Conversibilidade | Debêntures simples, não conversíveis em ações | Debêntures simples, não conversíveis em ações |
| Espécie | Quirografária | Quirografária |
| Tipo e forma | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados |
| Quantidade de títulos | 10.000 debêntures simples | 30.000 debêntures simples |
| Valor nominal | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.000,00 |
| Data de emissão | 15 de junho de 2012 | 15 de junho de 2012 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Vencimento inicial | 15 de junho de 2016 | 15 de junho de 2017 |
| Vencimento final | 15 de junho de 2017 | 15 de junho de 2019 |
| Atualização monetária | Sem atualização | IPCA |
| Repactuação | Não haverá | Não haverá |
| Remuneração | CDI+1,02% a.a. | IPCA+6,00% a.a. |
| Exigibilidade de juros | Semestral | Anual |
| Amortizações | Em duas parcelas anuais | Em três parcelas anuais |
| Data das amortizações | 2016 e 2017 | 2017, 2018 e 2019 |

| Características | 8ª emissão | 8ª emissão |
|------------------------|--|--|
| | 1ª Série | 2ª Série |
| Conversibilidade | Debêntures simples, não conversíveis em ações | Debêntures simples, não conversíveis em ações |
| Espécie | Quirografária | Quirografária |
| Tipo e forma | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados |
| Quantidade de títulos | 15.000 debêntures simples | 15.000 debêntures simples |
| Valor nominal | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.000,00 |
| Data de emissão | 16 de julho de 2014 | 16 de julho de 2014 |
| Vencimento inicial | 15 de julho de 2017 | 15 de julho de 2017 |
| Vencimento final | 15 de julho de 2019 | 15 de julho de 2019 |
| Atualização monetária | Sem atualização | Sem atualização |
| Repactuação | Não haverá | Não haverá |
| Remuneração | CDI+1,45% a.a. | CDI+1,45% a.a. |
| Exigibilidade de juros | Semestral | Semestral |
| Amortizações | Em três parcelas anuais | Em três parcelas anuais |
| | | 2017, 2018 e 2019 |
| Data das amortizações | 2017, 2018 e 2019 | |

| Características | 9ª emissão |
|-----------------------|--|
| | Série Única |
| Conversibilidade | Debêntures simples, não conversíveis em ações |
| Espécie | Quirografária |
| Tipo e forma | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados |
| Quantidade de títulos | 600.000 debêntures simples |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | |
|------------------------|------------------------|
| Valor nominal | R\$ 1.000,00 |
| Data de emissão | 15 de dezembro de 2017 |
| Vencimento inicial | 15 de dezembro de 2020 |
| Vencimento final | 15 de dezembro de 2020 |
| Atualização monetária | Sem atualização |
| Repactuação | Não haverá |
| Remuneração | 114% da Taxa DI |
| Exigibilidade de juros | Semestral |
| Amortizações | Única Parcela |
| Data das amortizações | 2020 |

6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

7ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

8ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2014, foi aprovada a 8ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

9ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a 9ª emissão das debêntures, que tem como objetivo atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, mediante reforço de capital de giro e reperfilamento de dívidas da Emissora.

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2017.

| Obrigações especiais financeiras | Limites |
|---|------------|
| | 9ª Emissão |
| Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo) | 4,00 |
| Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido) (máximo) | 0,60 |

A curva de amortização das debêntures registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil) | Exercício findo em 31/12/2017 | Exercício findo em 31/12/2016 | Exercício findo em 31/12/2015 |
|--|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 2017 | - | - | 359.916 |
| 2018 | - | 324.176 | 310.025 |
| 2019 | - | 236.149 | 227.522 |
| 2020 | 596.892 | - | - |
| | 596.892 | 560.325 | 897.463 |

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por tipo de moeda e indexador:

| Empréstimo, Financ. e Debêntures - Custo (R\$ Mil) | Exercício findo em 31/12/2017 | % | Exercício findo em 31/12/2016 | % | Exercício findo em 31/12/2015 | % |
|--|-------------------------------|---------------|-------------------------------|---------------|-------------------------------|---------------|
| Moeda nacional | | | | | | |
| Taxa Fixa | 537.641 | 17,1% | 189.920 | 5,8% | 262.223 | 9,8% |
| TJLP | 447.010 | 14,2% | 369.015 | 11,2% | 366.710 | 13,7% |
| Selic | 133.131 | 4,2% | 151.392 | 4,6% | 56.919 | 2,1% |
| CDI | 1.789.802 | 56,9% | 1.959.516 | 59,5% | 1.335.832 | 49,9% |
| IPCA | 230.888 | 7,3% | 607.900 | 18,5% | 655.639 | 24,5% |
| Libor | 7.730 | 0,2% | 16.609 | 0,5% | - | 0,0% |
| Total | 3.146.202 | 100,0% | 3.294.352 | 100,0% | 2.677.323 | 100,0% |

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com instituições financeiras que repassam recursos do BNDES. Além disso, a Companhia dispõe de limites previamente aprovados para realização de novas operações de financiamento de longo prazo para realização de seus investimentos com fundos oriundos de repasse do BNDES.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há condição de subordinação entre as dívidas contraídas pela Companhia que integram as demonstrações financeiras correspondentes aos três últimos exercícios, com exceção dos empréstimos intercompanhia firmados com a Enel Brasil que estão subordinados ao contrato de repasse BNDES nº 000050002509800, ao contrato de empréstimo com o Citibank S/A e ao contrato Itáu BBA International. O empréstimo com Santander Chile não apresenta exigências de Covenants financeiros. Adicionalmente, para as obrigações do passivo exigível, em eventual concurso universal de credores, a Companhia seguirá a ordem estabelecida no art. 83 da Lei de falências (Nº 11.101).

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de covenants financeiros, (Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA ≤ 4,00; Dívida Financeira Líquida ÷ Dívida Financeira Líquida + PL ≥ 0,60) para as debêntures; e (Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA ajustado <= 3,5; Dívida Líquida ÷ (Dívida Líquida + PL) <= 0,6 – para os Contratos de Repasse BNDES, do Citibank N.A e do Itaú BBA International.

A distribuição de dividendos, alienação de ativos e controle acionário, são realizados em observância dos contratos com o BNDES/Repasse e disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (covenants financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer default contratual por parte da Companhia.

Segue no quadro abaixo os contratos financeiros da Companhia e suas cláusulas restritivas e de vencimento antecipado cruzado:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| N.º | Contrato | Outra Parte | Principais Cláusulas Contratuais Restritivas |
|-----|--|--|---|
| 1. | Cédula de Crédito Bancário para Financiamento mediante repasse contratado com o banco nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES n.º 000050002509800 | BNDES (Itaú, Bradesco, Votorantim e Alfa como agentes financeiros) | <p><u>Límite de endividamento:</u> (a) Dívida Líquida/LAJIDA <= 3,5; e (b) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) <= 0,6.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Incorporação da Beneficiária por outra sociedade, cisão ou fusão da Beneficiária, alteração do controle acionário indireto da Beneficiária, sem a prévia anuência dos Agentes Financeiros, exceto no caso em que o novo controlador indireto tenha rating corporativo atribuído pela Fitch, Moodys ou Standard & Poors inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da Enerxis S.A. ("Enerxis"), desde que o rating do novo controlador se mantenha no nível de "grau de investimento" atribuído pelas agências supra mencionadas. Para fins deste item, haverá alteração do controle acionário indireto da Beneficiária se a Enerxis deixar de ser a controladora indireta. Adicionalmente, o controle efetivo, direto ou indireto, da Beneficiária sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES e dos Agentes Financeiros</p> <p><u>Objeto Social:</u> Não alterar, sem prévia e expressa anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros, o seu objeto social.</p> <p><u>Garantias:</u> Manter os direitos creditórios correspondentes a 3,70% da receita operacional líquida mensal da CEDENTE fiduciária proveniente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, apurada mensalmente. Manter da relação garantias reais/colaboração financeira no nível de, no mínimo, 130% do valor correspondente à parcela imediatamente subsequente e vincenda das obrigações garantidas.</p> <p><u>Mútuo Subordinados:</u> Manter e/ou aportar recursos na forma de integralização de capital e/ou mútuos subordinados com os saldo mínimos de 800 milhões de reais ao final de 2015 e 1 bilhão de reais ao final do ano de 2016 . Pre-pagar mútuos subordinados, a qualquer momento a partir de 01.01.2018, desde que o Índice Financeiro Líquido / LAJIDA fique menor que 2,70 . A Enel Brasil S.A se obriga a manter e/ou aportar recursos na BENEFICIÁRIA na forma de integralização de capital e/ou mútuos subordinados com os saldo mínimos de 800 milhões de reais ao final de 2015 e 1 bilhão de reais ao final do ano de 2016, ambas com base nas demonstrações contábeis anuais apresentadas a CVM e 31/12/2015 e 31/12/2016, respectivamente.</p> <p><u>Protesto de Título:</u> Não ter protestos de títulos, individual ou agregado, no valor superior de 50 milhões de reais, salvo se ocorrer má fé ou erro, regularizado no prazo máximo de 15 dias contados da data do respectivo contrato.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença. Adicionalmente, inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).</p> |
| 2. | Contrato de Abertura de Crédito para mediante repasse contratado com o banco nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES n.º 003150004151100 | BNDES (Itaú, Santander) | <p><u>Límite de endividamento:</u> (a) Dívida Líquida/LAJIDA <= 3,5; e (b) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) <= 0,6.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Incorporação da Beneficiária por outra sociedade, cisão ou fusão da Beneficiária, alteração do controle acionário indireto da Beneficiária, sem a prévia anuência dos Agentes Financeiros, exceto no caso em que o novo controlador indireto tenha rating corporativo atribuído pela Fitch, Moodys ou Standard & Poors inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da Enerxis S.A. ("Enerxis"), desde que o rating do novo controlador se mantenha no nível de "grau de investimento" atribuído pelas agências supra mencionadas. Para fins deste item, haverá alteração do controle acionário indireto da Beneficiária se a Enerxis deixar de ser a controladora indireta. Haver incorporação, cisão, fusão ou alteração do controle acionário sem a prévia anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros</p> <p><u>Objeto Social:</u> Não alterar, sem prévia e expressa anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros, o seu objetivo social, consignado no estatuto ou contrato social.</p> <p><u>Garantias:</u> Manter os direitos creditórios correspondentes a 3,49% da receita operacional líquida mensal da CEDENTE fiduciária proveniente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, apurada mensalmente. Manter da relação garantias reais/colaboração financeira no nível de, no mínimo, 130% do valor correspondente à parcela imediatamente subsequente e vincenda das obrigações garantidas.</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Não ter protestos de títulos, individual ou agregado, no valor superior de 50 milhões de reais, salvo se ocorrer má fé ou erro, regularizado no prazo máximo de 15 dias contados da data do respectivo contrato.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença. Adicionalmente, inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p> |
| 3. | Contrato de Abertura de Crédito para mediante repasse contratado com o banco nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES n.º 000050004254700 | BNDES (Itaú, Santander, Bradesco, Banco do Brasil) | <p><u>Límite de endividamento:</u> (a) Dívida Líquida/LAJIDA <= 3,5; e (b) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) <= 0,6.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Incorporação da Beneficiária por outra sociedade, cisão ou fusão da Beneficiária, alteração do controle acionário indireto da Beneficiária, sem a prévia anuência dos Agentes Financeiros, exceto no caso em que o novo controlador indireto tenha rating corporativo atribuído pela Fitch, Moodys ou Standard & Poors inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da Enerxis S.A. ("Enerxis"), desde que o rating do novo controlador se mantenha no nível de "grau de investimento" atribuído pelas agências supra mencionadas. Para fins deste item, haverá alteração do controle acionário indireto da Beneficiária se a Enerxis deixar de ser a controladora indireta. Haver incorporação, cisão, fusão ou alteração do controle acionário sem a prévia anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros</p> <p><u>Garantias:</u> Manter os direitos creditórios correspondentes a 3,77% da receita operacional líquida mensal da CEDENTE fiduciária proveniente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, apurada mensalmente. Manter da relação garantias reais/colaboração financeira no nível de, no mínimo, 130% do valor correspondente à parcela imediatamente subsequente e vincenda das obrigações garantidas.</p> <p><u>Protesto de Título:</u> Não ter protestos de títulos, individual ou agregado, no valor superior de 50 milhões de reais, salvo se ocorrer má fé ou erro, regularizado no prazo máximo de 15 dias contados da data do respectivo contrato.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença. Adicionalmente, inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p> |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Nº | Contrato | Outra Parte | Principais Cláusulas Contratuais Restritivas |
|----|---|-----------------------------------|---|
| 4. | Contrato de Abertura de Crédito para mediante repasse contratado com o banco nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES n.º 000050004414600 | BNDES (Itaú, Santander, Bradesco) | <p><u>Límite de endividamento:</u> (a) Dívida Líquida/LAJIDA <= 3,5; e (b) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) <= 0,6.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Incorporação da BENEFICIÁRIA por outra sociedade, cisão ou fusão da BENEFICIÁRIA, e alteração do controle acionário indireto da BENEFICIÁRIA, sem a prévia anuência dos AGENTES FINANCIEROS e do BNDES.</p> <p><u>Garantias:</u> Para garantir o pagamento das obrigações, constitui-se as seguintes garantias: Fiança da Enel Brasil S.A, garantindo 100% das obrigações deste CONTRATO, e cessão fiduciária da receita operacional líquida mensal da BENEFICIÁRIA, com a obrigação de transitar um valor mínimo de R\$ 15.500.000 (quinze milhões e quinhentos mil reais) pela CONTA VINCULADA.</p> <p><u>Protesto de Título:</u> Não ter protestos de títulos, individual ou agregado, no valor superior de 50 milhões de reais, salvo se ocorrer má fé ou erro, regularizado no prazo máximo de 15 dias contados da data do respectivo contrato.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença. Adicionalmente, inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p> |
| 5. | Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública da Ampla Energia e Serviços S.A. | Pentágono S.A | <p><u>Límite de endividamento:</u> (a) Dívida Financeira Líquida / EBITDA não deverá ser maior que 4,00 para o 1 e 2 trimestre de 2018; 3,50 do 3 trimestre de 2018 até a data de vencimento.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's. Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Emissora se a Fiadora deixar de ser a controladora direta ou indireta da Emissora;</p> <p><u>Cisão, Fusão e Incorporação:</u> sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, incorporação da Emissora por outra sociedade, cisão, fusão ou incorporação de ações da Emissora, exceto nos casos em que a incorporação, cisão, fusão ou incorporação de ações não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's;</p> <p><u>Ordem de Pagamento por decisão judicial:</u> Descumprir ordem de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou a Fiadora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 70.000,00 (setenta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira que esteja sujeita a Emissora e/ou a Fiadora, ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais).</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> contra a Emissora existe protesto de títulos com valor não pago, individual ou agregado, maior que R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), não regularizado em 15 dias úteis contados da data do respectivo protesto</p> |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Nº | Contrato | Outra Parte | Principais Cláusulas Contratuais Restritivas |
|----|--|------------------------------|---|
| 6. | Credit Agreement - Citibank | Citibank | <p><u>Limite de endividamento:</u> Dívida Total Líquida / EBITDA não excede de 2,70 para 1,00 e Dívida fin. líq/(Dívida fin. Líq + PL) igual ou menor que 0,60.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Enel SpA, corporação regida sob as leis da Itália, deve ter controle direto ou indireto da maioria das ações ordinárias da Ampla, ou deter poder direto ou indireto sobre a administração e as políticas da Ampla. Transferir a terceiro seu controle societário, salvo se o controle for para a Enersis, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.</p> <p><u>Mútuos Subordinados:</u> - Manter um saldo de, no mínimo, 800 milhões de reais em 31/12/2015) ; 1 bilhão de reais em 31/12/2016, ou seu equivalente em outras moedas, em Mútuos Subordinados com Pessoas ligadas, sendo certo que o DEVEDOR não poderá pre-pagar, no todo ou em parte tais Mútuos subordinados se não cumprir com o indicador do EBITDA que não excede 2,70 para 1,00. 01/01/2018.</p> |
| 7. | Contrato de abertura de crédito Banco Santander - Chile (6.127-2016) | Santander | <p><u>Transferência de Controle:</u> Se durante a vigência do presente contrato o garantidor deixar de manter, diretamente ou indiretamente, o Controle do Devedor e a capacidade de assegurar a maioria dos votos, exceto se o controle passe a ser exercido por outra sociedade controlada por Enel Américas.</p> <p><u>Medida Judicial ou Extrajudicial:</u> se aplicar sentença firme e executória, cujo montante seja maior de 5% do ativo consolidado do Devedor, refletido nos últimos balanço do Devedor; ou ainda detectar sentença judicial com valor igual ou superior a 15 milhões de dólares ou equivalente, não pagos em 15 dias úteis. E ainda, medida que comprometa um montante igual ou superior a 3% de ativo total consolidado do Garantidor, segundo seus estados financeiros consolidados.</p> <p><u>Objeto Social:</u> qualquer modificação importante no Estatuto Social, como exemplo: duração da empresa, redução de capital ou que afete direitos do Credor.</p> <p><u>Declarações de cumprimento:</u> Enviar ao Banco Santander declaração de obrigações cumpridas (de fazer ou não fazer) junto com as DFP (trimestral e anual)</p> |
| 8. | Contrato de Empréstimo Internacional | Itaú BBA International (PLC) | <p><u>Limite de endividamento:</u> Dívida Total Líquida / EBITDA <= 3,50 e Dívida financeira líquida/(Dívida financeira Líquida + PL) >= 0,60</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> SOLICITAR a anuência prévia e expressa do CREDOR, no caso de transferência do controle acionário direto ou indireto do DEVEDOR e/ou do GARANTIDOR, ainda que em decorrência de INCORPORAÇÃO, INCORPORAÇÃO DE AÇÕES, FUSÃO ou CISÃO do DEVEDOR e/ou do GARANTIDOR. Salvo exceção se o controle continuar com a ENEL AMÉRICAS S.A (CHILE), pelo GARANTIDOR (DEVEDOR) ou por outra empresa com RATING inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da ENEL AMÉRICAS.</p> <p><u>Garantias Contratuais:</u> As garantias do contrato estão cobertas por 100% da Cessão fiduciária do Swap e o Aval Enel Brasil SA, com o comprometimento do GARANTIDOR de ter obtido todas as autorizações necessárias</p> <p><u>Objeto Social:</u> Comunicar a mudança ou alteração do objeto social do DEVEDOR ou do GARANTIDOR, de forma a alterar as atuais atividades principais, ou agregar novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas</p> <p><u>Mútuos Subordinados:</u> Pode-se pre-pagar (total ou parcial) os mútuos subordinados , desde que, com tal amortização ou resgate antecipado, seja feito conforme aumento de capital do DEVEDOR, em montante igual ou superior ao montante do Mítu Subordinado, ou a qualquer momento a partir de 01/01/2018 , desde que o índice financeiro DFliquida/EBITDA, fique menor que 2,70, podendo amortizar 30% do saldo devedor dos Mútuos subordinados no momento do pré pagamento.</p> <p><u>Obrigação Pecuniária ou Não pecuniária:</u> Deixar de cumprir obrigação pecuniária do contrato, cujo valor individual e/ou agregado seja SUPERIOR a 15 milhões de reais, não sanada em 2 dias úteis; e não pecuniária cujo valor individual e/ou agregado seja superior a 50 milhões de reais e não sanada em 3 dia úteis</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Se existir título não pago com valor individual ou agregado superior a 50 milhões de reais não elididos no prazo legal.</p> |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados nos três últimos exercícios sociais (2017, 2016, 2015):

| Contratos | Objeto | Valor Total (R\$ mil) | Plano de Investimento | Data de contratação | Desembolso em 2015 | Desembolso em 2016 | Desembolso em 2017 | Desembolso Total | Garantias |
|----------------------------|---|-----------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------------|-------------|
| Empréstimos | | | | | | | | | |
| Citibank N.A | Capital de Giro | 150.000 | - | 06/01/2016 | 0% | 100% | 0% | 100% | - |
| Santander Chile | Capital de Giro | 277.718 | - | 07/03/2016 | 0% | 100% | 0% | 100% | Fiança |
| Itaú BBA International PLC | Capital de Giro | 250.000 | - | 05/07/2017 | 0% | 0% | 100% | 100% | Enel Brasil |
| Financiamentos | | | | | | | | | |
| BNDES Capex 2011 | Financiamento do CAPEX | 331.397 | 2010/2011 | 15/09/2011 | 0% | 0% | 0% | 97% | Recebíveis |
| BNDES Capex 2012-2013 | Financiamento do CAPEX | 450.171 | 2012/2013 | 16/08/2013 | 0% | 0% | 0% | 79% | Recebíveis |
| BNDES Capex 2014-2015 | Financiamento do CAPEX | 476.613 | 2014/2015 | 28/12/2015 | 24% | 0% | 0% | 24% | Recebíveis |
| BNDES A1- ITAÚ | Financiamento do CAPEX | 127.265 | 2016/2017 | 25/10/2017 | 0% | 0% | 85% | 85% | Recebíveis |
| BNDES B1- ITAÚ | Financiamento do CAPEX | 91.605 | 2016/2017 | 25/10/2017 | 0% | 0% | 85% | 85% | Recebíveis |
| BNDES C1- ITAÚ | Financiamento do CAPEX | 25.870 | 2016/2017 | 25/10/2017 | 0% | 0% | 49% | 49% | Recebíveis |
| BNDES A2- BRADESCO | Financiamento do CAPEX | 81.449 | 2016/2017 | 25/10/2017 | 0% | 0% | 85% | 85% | Recebíveis |
| BNDES B2- BRADESCO | Financiamento do CAPEX | 58.627 | 2016/2017 | 25/10/2017 | 0% | 0% | 85% | 85% | Recebíveis |
| BNDES C2- BRADESCO | Financiamento do CAPEX | 16.557 | 2016/2017 | 25/10/2017 | 0% | 0% | 49% | 49% | Recebíveis |
| BNDES A3- SANTANDER | Financiamento do CAPEX | 58.542 | 2016/2017 | 25/10/2017 | 0% | 0% | 85% | 85% | Recebíveis |
| BNDES B3- SANTANDER | Financiamento do CAPEX | 42.138 | 2016/2017 | 25/10/2017 | 0% | 0% | 85% | 85% | Recebíveis |
| BNDES C3- SANTANDER | Financiamento do CAPEX | 11.900 | 2016/2017 | 25/10/2017 | 0% | 0% | 49% | 49% | Recebíveis |
| Partes relacionadas | | | | | | | | | |
| Enel Brasil | Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro* | 1.349.793 | - | - | 65% | 11% | 24% | 100% | - |
| Enel Brasil | Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro* | 717.965 | - | - | 0% | 23% | 77% | 100% | - |

Os financiamentos contratados especificados na tabela acima (em R\$ mil) tiveram seus recursos liberados, nos respectivos períodos demonstrados, com o objetivo de financiar projetos de investimentos relacionados a conexão de novos clientes, expansão da rede elétrica no Estado do Rio de Janeiro, melhoria da qualidade do serviço e combate ao furto e perdas de energia. Os percentuais não liberados relativos a BNDES contratados nos anos anteriores a 2017 refere-se a investimentos descritos inicialmente no plano de investimentos da Companhia, cuja execução não foi realizada em decorrência da substituição por outros projetos prioritários não contidos no projeto de financiamento ou por adiamento no prazo de execução dos projetos, o que tornou inviável a comprovação do investimento para permitir a liberação dos recursos por parte dos financiadores dentro dos prazos estabelecidos.

Os empréstimos captados foram utilizados para financiar capital de giro e, eventualmente, refinanciar dívidas com vencimentos no curto prazo.

Exercício social findo em 31/12/2017

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 417 milhões de recursos contratados junto ao BNDES, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na expansão e melhoria da rede elétrica, dentre outros projetos.

Exercício social findo em 31/12/2016

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 236 milhões de recursos contratados junto ao BNDES, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na expansão e melhoria da rede elétrica, dentre outros projetos.

Exercício social findo em 31/12/2015

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 114 milhões de recursos contratados junto ao BNDES, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na expansão e melhoria da rede elétrica.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

**AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS - ATIVO
(Valores expressos em milhares de reais)**

| | Exercícios findo em: | | | | | | Variações | |
|---|----------------------|---------|------------------|---------|------------------|---------|--------------------|------------------|
| | Análise Vertical | | Análise Vertical | | Análise Vertical | | Análise Horizontal | 2016 vs. 2015 |
| | 31/12/2017 | (%) | 31/12/2016 | (%) | 31/12/2015 | (%) | 2017 vs. 2016 | |
| Ativos | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 305.915 | 3,28% | 251.357 | 3,10% | 134.126 | 1,72% | 21,71% | 87,40% |
| Títulos e valores mobiliários | 120.091 | 1,29% | 53.772 | 0,66% | 107.359 | 1,37% | 123,33% | -49,91% |
| Consumidores e outras contas a receber | 763.400 | 8,18% | 736.365 | 9,09% | 970.942 | 12,42% | 3,67% | -24,16% |
| Consumidores - serviços prestados | 85.585 | 0,92% | 84.519 | 1,04% | 81.368 | 1,04% | 1,26% | 3,87% |
| Ativos financeiros setoriais | 75.332 | 0,81% | - | 0,00% | 459.074 | 5,87% | - | - |
| Subvenção CDE - desconto tarifário | 346.447 | 3,71% | 277.512 | 3,42% | 173.228 | 2,22% | 24,84% | 60,20% |
| Cauções e depósitos | - | 0,00% | 63.601 | 0,78% | 40.923 | 0,52% | - | 55,42% |
| Tributos a compensar | 304.050 | 3,26% | 74.643 | 0,92% | 90.615 | 1,16% | 307,34% | -17,63% |
| Serviço em Curso | 65.029 | 0,70% | 65.426 | 0,81% | 73.054 | 0,93% | -0,61% | -10,44% |
| Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP | 2.637 | 0,03% | 787 | 0,01% | 1.912 | 0,02% | 235,07% | -58,84% |
| Outros créditos | 87.594 | 0,94% | 125.425 | 1,55% | 132.787 | 1,70% | -30,16% | -5,54% |
| Total do ativo circulante | 2.156.080 | 23,11% | 1.733.407 | 21,39% | 2.265.388 | 28,97% | 24,38% | -23,48% |
| Não circulante | | | | | | | | |
| Consumidores | 50.140 | 0,54% | 59.261 | 0,73% | 4.369 | 0,06% | -15,39% | 1256,40% |
| Depósitos vinculados a litígios | 236.510 | 2,53% | 223.325 | 2,76% | 223.613 | 2,86% | 5,90% | -0,13% |
| Ativos financeiros setoriais | - | 0,00% | - | 0,00% | 78.706 | 1,01% | - | - |
| Tributos a compensar | 106.406 | 1,14% | 125.300 | 1,55% | 109.803 | 1,40% | -15,08% | 14,11% |
| Serviço em Curso | 14.351 | 0,15% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | - |
| Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP | 4.329 | 0,05% | 10.316 | 0,13% | 5.385 | 0,07% | -58,04% | 91,57% |
| Tributos diferidos | 420.095 | 4,50% | 369.898 | 4,56% | 264.255 | 3,38% | 13,57% | 39,98% |
| Ativo indenizável (concessão) | 2.864.913 | 30,70% | 2.242.355 | 27,67% | 1.832.491 | 23,44% | 27,76% | 22,37% |
| Imobilizado | 61.619 | 0,66% | 71.552 | 0,88% | 74.187 | 0,95% | -13,88% | -3,55% |
| Intangível | 3.416.279 | 36,61% | 3.268.616 | 40,33% | 2.960.331 | 37,86% | 4,52% | 10,41% |
| Total do ativo não circulante | 7.174.642 | 76,89% | 6.370.623 | 78,61% | 5.553.140 | 71,03% | 12,62% | 14,72% |
| Total dos ativos | 9.330.722 | 100,00% | 8.104.030 | 100,00% | 7.818.528 | 100,00% | 15,14% | 3,65% |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS - PASSIVO
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Exercícios findo em: | | | | | | Variações | |
|---|----------------------|---------|------------------|---------|------------------|---------|--------------------|------------------|
| | Análise Vertical | | Análise Vertical | | Análise Vertical | | Análise Horizontal | |
| | 31/12/2017 | (%) | 31/12/2016 | (%) | 31/12/2015 | (%) | 2017 vs. 2016 | 2016 vs. 2015 |
| Passivo Circulante | | | | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 900.125 | 9,65% | 688.858 | 8,50% | 952.142 | 12,18% | 30,67% | -27,65% |
| Empréstimos e financiamentos | 1.090.025 | 11,68% | 373.422 | 4,61% | 119.520 | 1,53% | 191,90% | 212,43% |
| Debêntures | 1.630 | 0,02% | 416.918 | 5,14% | 235.868 | 3,02% | -99,61% | 76,76% |
| Salários, Provisãoes e encargos sociais | 43.072 | 0,46% | 42.546 | 0,52% | 34.760 | 0,44% | 1,24% | 22,40% |
| Obrigações fiscais | 124.737 | 1,34% | 124.301 | 1,53% | 216.146 | 2,76% | 0,35% | -42,49% |
| Dividendos a pagar | 46.515 | 0,50% | 46.515 | 0,57% | 46.657 | 0,60% | 0,00% | -0,30% |
| Passivos financeiros setoriais | - | 0,00% | 19.042 | 0,23% | - | 0,00% | - | - |
| Taxa regulamentares | 369.210 | 3,96% | 339.189 | 4,19% | 252.336 | 3,23% | 8,85% | 34,42% |
| Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP | 34.291 | 0,37% | 13.510 | 0,17% | - | 0,00% | 153,82% | - |
| Outras obrigações | 75.817 | 0,81% | 83.549 | 1,03% | 48.800 | 0,62% | -9,25% | 71,21% |
| Total do passivo circulante | 2.685.422 | 28,78% | 2.147.850 | 26,50% | 1.906.229 | 24,38% | 25,03% | 12,68% |
| Não circulante | | | | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 404 | 0,00% | 162 | 0,00% | 5.778 | 0,07% | 149,38% | -97,20% |
| Empréstimos e financiamentos | 1.410.683 | 15,12% | 1.878.665 | 23,18% | 1.431.769 | 18,31% | -24,91% | 31,21% |
| Debêntures | 596.892 | 6,40% | 560.325 | 6,91% | 897.463 | 11,48% | 6,53% | -37,57% |
| Passivos financeiros setoriais | 32.088 | 0,34% | 41.439 | 0,51% | - | 0,00% | -22,57% | - |
| Obrigações com benefícios pós-emprego | 492.442 | 5,28% | 493.335 | 6,09% | 491.635 | 6,29% | -0,18% | 0,35% |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 665.104 | 7,13% | 603.705 | 7,45% | 522.092 | 6,68% | 10,17% | 15,63% |
| Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP | 19.647 | 0,21% | 62.615 | 0,77% | - | 0,00% | -68,62% | - |
| Taxa regulamentares | 71.072 | 0,76% | 46.087 | 0,57% | 50.142 | 0,64% | 54,21% | -8,09% |
| Total do passivo não circulante | 3.288.332 | 35,24% | 3.686.333 | 45,49% | 3.398.879 | 43,47% | -10,80% | 8,46% |
| Patrimônio líquido | | | | | | | | |
| Capital social | 2.498.230 | 26,77% | 1.298.230 | 16,02% | 1.298.230 | 16,60% | 92,43% | 0,00% |
| Reserva de capital | 23.254 | 0,25% | 23.254 | 0,29% | 23.254 | 0,30% | 0,00% | 0,00% |
| Reserva de lucros | 826.920 | 8,86% | 947.904 | 11,70% | 1.187.344 | 15,19% | -12,76% | -20,17% |
| Outros resultados abrangentes | 8.564 | 0,09% | 459 | 0,01% | 4.592 | 0,06% | 1765,80% | -90,00% |
| Total do patrimônio líquido | 3.356.968 | 35,98% | 2.269.847 | 28,01% | 2.513.420 | 32,15% | 47,89% | -9,69% |
| Total dos ativos | 9.330.722 | 100,00% | 8.104.030 | 100,00% | 7.818.528 | 100,00% | 15,14% | 3,65% |

Abaixo, os diretores comentam as variações significativas das contas patrimoniais.

Variacões patrimoniais: 2017 versus 2016

Ativo Circulante (Caixa e Equivalentes de caixa):

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 305.915 mil) sofreu um incremento de R\$ 54.558 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 251.357 mil), decorrente, principalmente, de uma redução nos custos com encargos de CDE e custo de compra de Itaipu.

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2017, esta conta totalizou R\$ 346.447 mil, um aumento de R\$ 68.935 mil em relação a 31 de dezembro de 2016 (R\$ 277.512). A variação é decorrente, principalmente, de:

- (i) Compensação da obrigação Encargo CDE com Valores a receber subsidio baixa renda – CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até dezembro/2017 (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016 e 2.207/2017), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 347.349 (R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

305.155 em 2016), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

Ativo Circulante (Tributos a Compensar):

Em 31 de dezembro de 2017, os tributos a compensar do ativo circulante totalizaram R\$ 304.050 mil, um aumento de R\$ 229.407 mil em relação a 31 de dezembro de 2016 (R\$ 74.463 mil). Esta variação é em função, principalmente, da ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública, a qual foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A Companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. O processo transitou em julgado reconhecendo o direito da Companhia à restituição do indébito. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 193.272 e a Companhia utilizará o crédito de acordo com as previsões legais.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 2.864.913 mil, um aumento de R\$ 622.558 mil em relação a 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.242.355 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 548.122 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 74.436 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP):

A redução observada entre 2017 e 2016 no valor de R\$ 152.287 mil deve-se, principalmente por: (i) realização de maiores operações de crédito intercompanhia no montante de aproximadamente de R\$ 1.007 milhões entre os períodos comparados, (ii) captações de recursos de repasse BNDES em torno R\$ 417 milhões, (iii) captações bancárias em cerca de R\$ 250 milhões, (iv) captações de debentures de R\$ 600 milhões, (v) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 256 milhões; compensados, por (vi) amortizações em torno de R\$ 1.259 milhões, (vii) capitalização dos mútuos subordinados no valor de R\$ 1.200 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 209 milhões ocorridos entre os períodos.

Patrimônio líquido:

Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), mediante a emissão de 68.571.429 novas ações ordinárias. O referido aumento foi integralmente subscrito e integralizado pela acionista Enel Brasil S.A, mediante a capitalização de créditos detidos por ela em face da Companhia, no mesmo montante do aumento de capital aprovado.

Variações patrimoniais: 2016 versus 2015

Ativo Circulante (Caixa e Equivalentes de caixa):

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 251.357 mil) sofreu um incremento de R\$ 117.231 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 134.126 mil), decorrente, principalmente, de maiores captações de fundos e redução nos custos com energia.

Ativo Circulante (Consumidores e outras contas a receber):

Em 31 de dezembro de 2016, os consumidores e outras contas a receber totalizaram R\$ 736.365 mil, uma redução de R\$ 234.577 mil em relação a 31 de dezembro de 2015 (R\$ 970.942 mil). Esta variação é decorrente, principalmente, da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

venda de determinadas faturas de energia de clientes massivos no quarto trimestre de 2016, onde foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios destes ativos.

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2016, esta conta totalizou R\$ 277.512 mil, um aumento de R\$ 104.284 mil em relação a 31 de dezembro de 2015 (R\$ 173.228 mil). A variação é decorrente, principalmente, de:

- (i) Compensação da obrigação Encargo CDE com Valores a receber subsidio baixa renda – CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até dezembro/2016 (Resoluções homologatórias 1.703, 1861 e 2.023), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 305.155 (R\$ 231.405 em 2015), correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 2.242.355 mil, um aumento de R\$ 409.864 mil em relação a 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.832.491 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 270.534 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 139.330 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Passivo Circulante (Taxas regulamentares):

O aumento de R\$ 86.853 mil entre os períodos analisados ocorreu em função dos seguintes fatores:

- (i) Aumento de R\$ 73 milhões nos encargos de CDE (Conta de desenvolvimento Energético);
- (ii) Aumento de R\$ 11 milhões em outras taxas regulamentares, como eficiência energética e taxas de fiscalização.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP):

O incremento observado entre 2016 e 2015 no valor de R\$ 620.835 mil deve-se, principalmente por: (i) realização de maiores operações de crédito intercompanhia no montante de aproximadamente de R\$ 162 milhões entre os períodos comparados, (ii) captações de recursos de repasse BNDES em torno R\$ 236 milhões, (iii) captações bancárias em cerca de R\$ 428 milhões, (iv) provisão de encargos de R\$ 381 milhões, (v) variações monetária de R\$ 46 milhões; parcialmente compensados, pelas (vi) amortizações em torno de R\$ 456 milhões e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 185 milhões ocorridos entre os períodos.

Patrimônio líquido:

Reserva de Lucros

A redução observada entre 2016 e 2015 no valor de R\$ 239.440 mil é em função da absorção de prejuízo do exercício de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Variações patrimoniais: 2015 versus 2014

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2015, esta conta totalizou R\$ 173.228 mil, um aumento de R\$ 94.885 mil em relação a 31 de dezembro de 2014 (R\$ 78.343 mil). A variação é decorrente, principalmente, de:

- (i) Compensação da obrigação Encargo CDE com Valores a receber subsidio baixa renda – CDE

Em 08 de julho de 2015, foi proferida em favor da Companhia, decisão liminar, autorizando a compensação integral dos valores devidos pela Eletrobras, a título de subvenção tarifária, acumulado desde outubro de 2014, com os valores mensalmente devidos pela AMPLA, a título de cota mensal da CDE. Em função de a decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 252.336 mil, correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2015, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 1.832.491 mil, um aumento de R\$ 490.236 mil em relação a 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.342.255 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 293.757 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 196.479 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Passivo Circulante (Taxas regulamentares):

O aumento de R\$ 247.664 mil entre os períodos analisados ocorreu em função dos seguintes fatores:

- (i) Aumento de R\$ 247.664 milhões nos encargos de CDE (Conta de desenvolvimento Energético);

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP):

O incremento observado entre 2015 e 2014 no valor de R\$ 876.085 mil deve-se, principalmente por: (i) realização de maiores operações de crédito intercompanhia no montante de aproximadamente de R\$ 1.647 milhões entre os períodos comparados, (ii) captações de recursos de repasse BNDES em torno R\$ 114 milhões, (iii) provisão de encargos de R\$ 219 milhões, (iv) variações monetária de R\$ 61 milhões; parcialmente compensados, pelas (vi) amortizações em torno de R\$ 956 milhões e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 210 milhões ocorridos entre os períodos.

Patrimônio líquido:

Reserva de Lucros

A redução observada entre 2015 e 2014 no valor de R\$ 77.321 mil é em função da absorção de prejuízo do exercício de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal | Exercício social findo em 31/12/2017 | | Exercício social findo em 31/12/2016 | | Exercício social findo em 31/12/2015 | | Var. % 2017 x 2016 | Var. % 2016 x 2015 |
|--|---|----------------|---|----------------|---|----------------|-----------------------|-----------------------|
| | R\$ Mil | % | R\$ Mil | % | R\$ Mil | % | | |
| | 8.377.612 | 100,0% | 7.576.545 | 100,0% | 8.528.338 | 100,0% | 10,57% | -11,16% |
| Receita Operacional | | | | | | | | |
| Fornecimento de Energia | 6.234.754 | 74,42% | 6.555.189 | 86,52% | 6.325.972 | 74,18% | -4,89% | 3,62% |
| Suprimento de Energia Elétrica | 72.508 | 0,87% | 77.362 | 1,02% | 66.560 | 0,78% | -6,27% | 16,23% |
| Baixa Renda | 35.817 | 0,43% | 42.063 | 0,56% | 49.851 | 0,58% | -14,85% | -15,62% |
| Subvenção CDE - desconto tarifário | 182.936 | 2,18% | 180.275 | 2,38% | 134.715 | 1,58% | 1,48% | 33,82% |
| Disponibilidade da Rede Elétrica | 484.887 | 5,79% | 310.125 | 4,09% | 246.762 | 2,89% | 56,35% | 25,68% |
| Receita de Construção | 1.043.446 | 12,46% | 884.905 | 11,68% | 761.538 | 8,93% | 17,92% | 16,20% |
| Ativos e passivos financeiros setoriais | 242.827 | 2,90% | (518.199) | -6,84% | 885.415 | 10,38% | -146,86% | -158,53% |
| Outras Receitas | 80.437 | 0,96% | 44.825 | 0,59% | 57.525 | 0,67% | 79,45% | -22,08% |
| Deduções da Receita | (3.039.332) | -36,28% | (3.109.556) | 100,00% | (3.364.923) | -39,46% | -2,26% | -7,59% |
| ICMS | (1.732.793) | -20,68% | (1.721.457) | -22,72% | (1.698.658) | -19,92% | 0,66% | 1,34% |
| PIS | (130.251) | -1,55% | (111.530) | -1,47% | (135.752) | -1,59% | 16,79% | -17,84% |
| COFINS | (512.159) | -6,11% | (513.713) | -6,78% | (625.281) | -7,33% | -0,30% | -17,84% |
| ISS | (3.382) | -0,04% | (3.030) | -0,04% | (3.103) | -0,04% | 11,62% | -2,35% |
| Encargo Setorial CDE | (612.817) | -7,31% | (712.064) | -9,40% | (854.498) | -10,02% | -13,94% | -16,67% |
| Programa de eficiência energética e P&D | (42.254) | -0,50% | (41.281) | -0,54% | (37.728) | -0,44% | 2,36% | 9,42% |
| Taxa de Fiscalização | (5.676) | -0,07% | (6.481) | -0,09% | (9.903) | -0,12% | -12,42% | -34,56% |
| Receita Operacional Líquida | 5.338.280 | 63,72% | 4.466.989 | 59,0% | 5.163.415 | 60,5% | 19,5% | -13,5% |
| Custo do Serviço / Despesa Operacional | (4.995.719) | -59,63% | (4.339.873) | -57,28% | (4.987.001) | -58,48% | 15,11% | -12,98% |
| Custos e despesas não gerenciáveis | (2.794.641) | -33,36% | (2.137.790) | -28,22% | (3.162.056) | -37,08% | 30,73% | -32,39% |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | (2.483.259) | -29,64% | (1.825.602) | -24,10% | (2.792.124) | -32,74% | 36,02% | -34,62% |
| Encargos do Uso do Sistema de Transmissão | (380.621) | -4,54% | (233.329) | -3,08% | (235.625) | -2,76% | 63,13% | -0,97% |
| Encargos dos Serviços dos Sistemas | (19.515) | -0,23% | (78.859) | -1,04% | (134.307) | -1,57% | -75,25% | -41,28% |
| Ressarcimento de encargos serviço do sistema | 88.754 | 1,06% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | - |
| Custos e despesas gerenciáveis | (2.201.078) | -26,27% | (2.202.083) | -29,06% | (1.824.945) | -21,40% | -0,05% | 20,67% |
| Pessoal | (140.606) | -1,68% | (161.513) | -2,13% | (187.871) | -2,20% | -12,94% | -14,03% |
| Material e Serviços de Terceiros | (448.824) | -5,36% | (500.096) | -6,60% | (448.293) | -5,26% | -10,25% | 11,56% |
| Custo de desativação de bens | (52.915) | -0,63% | (89.150) | -1,18% | (18.008) | -0,21% | -40,64% | 395,06% |
| Depreciação e Amortização | (294.621) | -3,52% | (253.147) | -3,34% | (222.095) | -2,60% | 16,38% | 13,98% |
| PCLD (Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa) | (131.431) | -1,57% | (208.947) | -2,76% | (128.153) | -1,50% | -37,10% | 63,05% |
| Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas | (37.820) | -0,45% | (53.352) | -0,70% | (49.051) | -0,58% | 29,11% | 8,77% |
| Custo de Construção | (1.043.446) | -12,46% | (884.905) | -11,68% | (761.538) | -8,93% | 17,92% | 16,20% |
| Indenizações DIC/FIC | (53.692) | -0,64% | (55.276) | -0,73% | (44.522) | -0,52% | -2,87% | 24,15% |
| Receita de multa por impontualidade de clientes | 50.059 | 0,60% | 51.115 | 0,67% | 47.591 | 0,56% | -2,07% | 7,40% |
| Outras Despesas Operacionais | (47.782) | -0,57% | (46.812) | -0,62% | (13.005) | -0,15% | 2,07% | 259,96% |
| EBITDA | 637.182 | 7,6% | 380.263 | 5,0% | 398.509 | 4,7% | 67,6% | -4,6% |
| Resultado do Serviço | 342.561 | 4,1% | 127.116 | 1,7% | 176.414 | 2,1% | 169,5% | -27,9% |
| Resultado Financeiro | (490.635) | -5,86% | (443.319) | -5,85% | (211.081) | -2,48% | 10,67% | 110,02% |
| Receita Financeira | 429.512 | 5,13% | 443.297 | 5,85% | 322.464 | 3,78% | -3,11% | 37,47% |
| Renda de Aplicação Financeira | 14.782 | 0,18% | 25.536 | 0,34% | 14.228 | 0,17% | -42,11% | 79,48% |
| Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes | 29.468 | 0,35% | 36.904 | 0,49% | 29.614 | 0,35% | -20,15% | 24,62% |
| Variações monetárias | 23.477 | 0,28% | 16.482 | 0,22% | 14.483 | 0,17% | 42,44% | 13,80% |
| Receita financeira de ativo indenizável | 74.436 | 0,89% | 139.330 | 1,84% | 171.541 | 2,01% | -46,58% | -18,78% |
| Atualização crédito de Pis/Cofins | 148.060 | 1,77% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | - |
| Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap | 123.770 | 1,48% | 180.231 | 2,38% | - | 0,00% | -31,33% | - |
| Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais | - | 0,00% | 23.998 | 0,32% | 63.087 | 0,74% | -100,00% | -61,96% |
| Outras receitas financeiras | 15.519 | 0,19% | 20.816 | 0,27% | 29.511 | 0,35% | -25,45% | -29,46% |
| Despesa Financeira | (920.147) | -10,98% | (886.616) | -11,70% | (533.545) | -6,26% | 3,78% | 66,17% |
| Encargo de dívidas | (266.955) | -3,19% | (241.206) | -3,18% | (121.011) | -1,42% | 10,68% | 99,33% |
| Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | (121.968) | -1,46% | (144.943) | -1,91% | (115.169) | -1,35% | -15,85% | 25,85% |
| Encargo de fundo de pensão | (45.898) | -0,55% | (47.447) | -0,63% | (42.920) | -0,50% | -3,26% | 10,55% |
| Variações monetárias debêntures | (12.943) | -0,15% | (40.661) | -0,54% | (60.305) | -0,71% | -68,17% | -32,57% |
| Juros debêntures | (64.191) | -0,77% | (102.010) | -1,35% | (112.962) | -1,32% | -37,07% | -9,70% |
| Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap | (178.038) | -2,13% | (216.105) | -2,85% | - | 0,00% | -17,62% | #DIV/0! |
| IOF | (19.177) | -0,23% | (24.956) | -0,33% | (13.197) | -0,15% | -23,16% | 89,10% |
| Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais | (31.907) | -0,38% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | - |
| Encargos com vendas de recebíveis | (121.000) | -1,44% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | - |
| Outras despesas financeiras | (58.070) | -0,69% | (69.288) | -0,91% | (67.981) | -0,80% | -16,19% | 1,92% |
| Lucro Antes dos Tributos e Participações | (148.074) | -1,8% | (316.203) | -4,2% | (34.667) | -0,4% | -53,2% | -100,0% |
| Tributos (IR e CSLL) | 45.097 | 0,5% | 94.371 | 1,2% | (567) | 0,0% | -52,2% | -100,0% |
| Lucro Líquido do Período | (102.977) | -1,2% | (221.832) | -2,9% | (35.234) | -0,4% | -53,6% | -100,0% |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultados 2017x2016

A Ampla Energia encerrou o ano de 2017 com um total de 3.029.751 consumidores, o que representa uma redução de 1,0% no número de consumidores em relação ao registrado em 2016. Embora tenha havido uma redução no total de consumidores, o mercado cativo da Companhia apresentou um aumento entre os períodos analisados, o qual está concentrado na classe residencial (convencional) com 63.518 novos consumidores*. Essa evolução evidencia o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla, com reflexo nos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 311 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla no ano de 2017 apresentou uma retração de 131 GWh em relação ao ano de 2016. Esta redução é o efeito combinado de uma retração observada no mercado cativo da Companhia de 561 GWh, parcialmente compensada por (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres e para revenda no ano de 2017, 425 GWh e 5 GWh, respectivamente. A energia transportada gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 6,1% no ano de 2017 (8.695 Gwh) quando comparado ao ano de 2016 (9.256 Gwh). Os principais fatores que ocasionaram essa retração no consumo foram (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de -7,9%, parcialmente compensado pelo, (ii) crescimento vegetativo do mercado cativo em 2,0%.

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos nossos comentários sobre às variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

Em 2017, a receita operacional bruta da Ampla foi de R\$ 8,3 bilhões, apresentando um incremento de R\$ 801 milhões em relação ao ano de 2016 (R\$ 7,5 bilhões). Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2017, alcançou o montante de R\$ 7,3 bilhões, o que representa um incremento de 9,6% (R\$ 643 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 6,7 bilhões. Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

Ativos e passivos setoriais (incremento de R\$ 761 milhões): este incremento deve-se, principalmente, aos seguintes fatores: (i) maiores amortizações do passivo regulatório do período passado (2016/2017); e (ii) o aumento do ativo regulatório devido ao maior risco hidrológico e custos com compra de energia no ano de 2017, que serão resarcidos no próximo reajuste tarifário de março de 2018.

Disponibilidade da Rede Elétrica (incremento de R\$ 175 milhões): deve-se ao aumento de 22,5% no volume de energia vendida para o mercado livre da Companhia (2.313 GWh em 2017 versus 1.888 GWh em 2016).

Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo (redução de R\$ 329 milhões): Esta redução está associada aos seguintes efeitos: (i) Reajuste Tarifário de 2017, aplicado a partir de 14 de março de 2017, que reduziu as tarifas dos consumidores da Ampla em 6,51% em média, em conjunto com a (ii) Redução de 6,1% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (8.695 GWh em 2017 versus 9.257 GWh em 2016).

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2017 (R\$ 3.039 milhões) apresentaram uma redução de R\$ 70 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 3.110 milhões). Esta redução é o efeito das seguintes variações:

Tributos (incremento de R\$ 29 milhões): Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento da base de cálculo para apuração destes tributos, em função do incremento observado na receita operacional da Companhia entre os períodos analisados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Encargos Setoriais (redução de R\$ 99 milhões): Esta redução deve-se, principalmente, a aprovação da Resolução homologatória Nº 2.204 de 07/03/2017, que aprovou o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético, o qual reduziu o orçamento da CDE-USO em comparação ao orçado no ano anterior.

Custos do Serviço/ Despesa Operacional

Os custos e despesas operacionais em 2017 alcançaram R\$ 4,9 bilhões, um incremento de R\$ 656 milhões em relação ao ano de 2016 (R\$ 4,3 bilhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional, em 2017, alcançaram o montante de R\$ 3,95 bilhões o que representa um incremento de R\$ 497 milhões em relação ao no de 2016, cujo montante foi de R\$ 3,45 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 658 milhões): deve-se, principalmente, a (i) reajustes contratuais, (ii) estorno de provisão de custo de pagamento à UHE Jirau de R\$ 163 milhões no primeiro trimestre de 2016, (iii) maior risco hidrológico, devido a piora do cenário de hidrologia no país, ocasionando um aumento de preço marginal da operação em 2017 versus 2016.

Pessoal (Redução de R\$ 21 milhões): deve, principalmente, ao pagamento do programa de demissão voluntária em 2016 que refletiu no aumento dos custos deste ano, em conjunto com maiores valores imobilizados em 2017.

Material e Serviços de Terceiros (redução de R\$ 51 milhões): deve-se, principalmente, a maior eficiência na gestão de custos operacionais com menor volume de operações, entre os períodos comparados.

Custo de Desativação de Bens (redução de R\$ 36 milhões): deve-se ao maior volume de investimentos realizados em 2016 que necessitou realizar troca de equipamentos ainda não totalmente depreciados, gerando assim maior custo de desativação no período anterior.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa (redução de R\$ 78 milhões): redução, principalmente, em função da Companhia ter revisado em 2017 seu critério de constituição de créditos de difícil recebimento. Dentre as principais mudanças destaca-se a revisão do critério de reconhecimento da Provisão para Devedores Duvidosos de clientes residenciais para os quais se observou melhoria no perfil de crédito. Para esses clientes a Companhia passou a provisionar apenas créditos vencidos há mais de 180 dias (anteriormente 90 dias).

Depreciação e Amortização (incremento de R\$ 41 milhões): Este incremento se deve ao aumento da base de ativos, devido ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados.

Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2017, alcançaram o montante de R\$ 1,16 bilhão, o que representa uma redução de 12,1% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,31 bilhão.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia atingiu o montante de R\$ 637 milhões no ano de 2017, o que representa um aumento de R\$ 257 milhões em relação ao ano de 2016, cujo montante foi de R\$ 380 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2017 foi de 14,84%, o que representa um incremento de 4,22 p.p. em relação a 2016, de 10,62%.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Ampla encerraram o exercício de 2017 em R\$ 491 milhões, um incremento de R\$ 47 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 443 milhões). Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações:

Renda de aplicação financeira (redução de R\$ 11 milhões): A variação explica-se devido aos seguintes fatores: (i) o CDI, índice que mede a rentabilidade das aplicações financeiras, reduziu no período, acompanhando o movimento da taxa básica de juros (SELIC). O CDI acumulado em 12 meses reduziu de 14,06% em 2016 para 10,06% em 2017; (ii) o caixa médio apresentou uma redução passando de R\$ 212 milhões em 2016 para R\$ 97 milhões no 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita do Ativo Indenizável (redução de R\$ 65 milhões): A variação reflete a redução do IPCA acumulado entre os períodos analisados (6,29% em 2016 versus 2,95% em 2017).

Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais – receita/despesa (incremento líquido de despesa em R\$ 56 milhões): aumento em função do saldo líquido ser mais passivo do que ativo ao longo do ano, o que gerou mais despesa.

Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap (incremento líquido de despesa em R\$ 18 milhões): Este valor reflete a marcação a mercado e a variação cambial da ponta ativa dos derivativos (swaps) - redução de R\$ 56 milhões. Em contrapartida, se observa também a variação de R\$ 38 milhões (Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap) nas despesas financeiras que correspondem as apropriações da ponta passiva do instrumento.

Encargos com vendas de recebíveis (incremento de R\$ 121 milhões: deve-se aos custos da operação de vendas de recebíveis realizada de forma continua ao longo de 2017, a qual foi iniciada no final de 2016.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Atualização de crédito PIS/COFINS (incremento de R\$ 148 milhões): deve-se a uma decisão judicial favorável à Companhia referente a restituição do valor pago pela Ampla de COFINS entre abril/1992 e agosto/1996, que não era devido, uma vez que gozava de imunidade tributária na época.

Encargos de Dívidas e juros e variação monetária de debentures (redução de R\$ 40 milhões): Esta redução deve-se, principalmente, ao maior saldo médio da dívida em 2017, parcialmente compensado pela redução do CDI entre os períodos analisados.

Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (redução de 23 milhões): Deve-se a acordos realizados no período o que gerou redução da base de contingências que sofre atualização.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2017 registraram R\$ 45 milhões de receita de impostos diferidos, a qual é justificada pela redução da base de cálculo destes impostos.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla registrou em 2017 um prejuízo de R\$ 103 milhões, valor R\$ 119 milhões menor do que o registrado no ano de 2016, que foi de R\$ 222 milhões. A Margem Líquida em 2017 foi de -2,40%.

Resultados 2016x2015

A Ampla Energia encerrou o ano de 2016 com um total de 3.060.357 consumidores, o que representa um crescimento de 2,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, com 5.896 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 216 milhões em 2016.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2016 com 2.610.437 consumidores, um incremento de 0,2% em relação ao ano de 2015. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia em 2016, foi de 11.563 GWh, o que representa uma redução de 1,4% (164 GWh) em relação a 2015, cujo volume foi de 11.727 GWh. Esta redução é o efeito combinado de (i) uma retração observada no mercado cativo da Companhia de 458 GWh, com (ii) uma redução de 10 GWh do volume de energia vendida e transportada para revenda, parcialmente compensada por (iii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2016, 304 GWh superior ao registrado em 2015. A energia transportada gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 4,7% no ano de 2016 (9.257 GWH) quando comparado ao ano de 2015 (9.715 GWH). Os principais fatores que ocasionaram essa retração no consumo foram (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de 4,9%, parcialmente compensado pelo, (ii) crescimento vegetativo do mercado cativo em 0,1%.

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos nossos comentários sobre às variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

Em 2016, a receita operacional bruta da Ampla foi de R\$ 7.577 milhões, uma redução de R\$ 952 milhões em relação a 2015 (R\$ 8.528 milhões). Esta redução é o efeito líquido dos seguintes fatores:

Fornecimento de Energia Elétrica (incremento de R\$ 229 milhões): Este incremento está associado aos seguintes efeitos (i) Reajuste Tarifário de 2016, aplicado a partir de 15 de março de 2016, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 7,38% em média, parcialmente compensado pela (ii) Redução de 4,7% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.257 GWh no 2016 versus 9.715 GWh no 2015).

Ativos e passivos setoriais (redução de R\$ 1.404 bilhão): esta redução deve-se, principalmente, a contabilização de passivos regulatórios, que serão deduzidos do próximo reajuste tarifário em abril de 2017, em conjunto, com a recuperação dos ativos setoriais que foram constituídos no ano de 2015, e foram contemplados no reajuste tarifário de 2016. Os passivos regulatórios devem-se, principalmente, a um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa.

Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2016, alcançou o montante de R\$ 6,7 bilhões, o que representa uma redução de 13,8% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 7,8 bilhões.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2016 (R\$ 3.110 milhões) apresentaram uma redução de R\$ 255 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 3.365 milhões). Esta redução é o efeito das seguintes variações:

Tributos (ICMS, PIS, COFINS e ISS): redução de R\$ 113 milhões se deve à redução da base de cálculo para apuração desses tributos, em função do decréscimo na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

Encargo Setorial CDE: redução de R\$ 142 milhões devido à redução da cota para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a partir da Reajuste Tarifário de 2016, que passou a vigorar em 15 de março de 2016.

Custos do Serviço/ Despesa Operacional

Os custos do serviço e despesas operacionais em 2016 alcançaram R\$ 4,4 bilhões, uma redução de R\$ 647 milhões em relação ao ano de 2015. Esta redução é o efeito das seguintes variações relevantes:

Energia Elétrica comprada para Revenda (redução de R\$ 967 milhões):

- (i) Durante o ano de 2016 a Companhia realizou venda de 1.151 GWh no mercado SPOT contra compra de 584 GWh no mesmo período do ano anterior.
- (ii) Redução de cerca de R\$ 256 milhões nos custos com o contrato de Itaipu no ano de 2016 devido à redução da tarifa desse contrato.

Despesas com pessoal (redução de R\$ 26 milhões): deve-se, principalmente, a uma maior ativação dos custos de pessoal no ano de 2016, em função basicamente de maiores investimentos, em conjunto, com uma reversão de provisão de INSS, devido a pagamentos efetuados a maior em anos anteriores, e com uma redução de 13,5% no número de colaboradores próprios entre os períodos analisados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 52 milhões): O incremento se deve ao maior volume de operações (principalmente serviços de cobrança para combate à inadimplência e serviço de manutenção da rede de distribuição) e aos reajustes contratuais entre os períodos comparados.

Custo na Desativação de Bens (incremento de R\$ 71 milhões): Este aumento se deve ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados, que ocasionaram maiores desativações de bens.

Depreciação e Amortização (incremento de R\$ 31 milhões): Este incremento se deve ao aumento da base de ativos, devido ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa (incremento de R\$ 86 milhões): Este incremento se deve ao aumento da inadimplência entre os períodos comparados em função dos seguintes efeitos:

- (i) Redução de 6% da base de consumidores Baixa Renda em 2016 comparado com 2015, reflexo do não atendimento às certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente descredenciamento. Esses clientes passaram a pagar tarifa normal com consequente aumento da morosidade de seus pagamentos à Companhia.
- (ii) Impacto da desaceleração da economia, desemprego e salários reais em queda sobre a capacidade de pagamento de clientes.

Indenizações DIC/FIC (incremento de R\$ 11 milhões): Este incremento se deve a maiores provisões para pagamento de indenização aos clientes por não atendimento de limites regulatórios de indicadores de qualidade.

Outras Despesas/Receitas Operacionais (incremento de R\$ 28 milhões): Este aumento é justificado, principalmente, pela receita de venda de bens registrada em 2015.

Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2016, alcançaram o montante de R\$ 1.317 bilhão, o que representa um incremento de 23,8% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1.063 bilhão.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia atingiu o montante de R\$ 380 milhões no ano de 2016, o que representa uma redução em relação ao ano de 2015, cujo montante foi de R\$ 399 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2016 foi de 10,62%, o que representa um incremento de 1,57 p.p. em relação a 2015, de 9,05%.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Ampla encerrou o exercício de 2016 em R\$ 443 milhões, um incremento de R\$ 232 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 211 milhões). Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações relevantes:

Receita do Ativo Indenizável (redução de R\$ 32 milhões): Essa redução é explicada, basicamente, pela variação decorrente da implantação da resolução 674-Aneel ocorrida em dezembro/16. Esta resolução alterou atributos de classificações de alguns ativos, que ocasionaram mudança de vida útil nos bens já presentes no intangível.

Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais (redução de R\$ 39 milhões): Essa variação se deve, basicamente, a redução dos ativos regulatórios decorrente de um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa, ocasionando um maior passivo regulatório e uma menor variação monetária positiva.

Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap (R\$ 180 milhões): Constituição desta rubrica, a partir de 2016, devido a novas captações realizadas, que possuem este tipo de instrumento. Este valor reflete a marcação a mercado e a variação cambial da ponta ativa dos derivativos (swaps). Em contrapartida, se observa também a variação de R\$ 216 milhões (Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap) nas despesas financeiras que correspondem as apropriações da ponta passiva do instrumento.

Encargos de Dívidas (incremento de R\$ 109 milhões): Este incremento deve-se, principalmente, ao aumento da dívida bruta da companhia entre os anos comparados, em conjunto com a variação de +0,78 p.p. do CDI médio entre os anos 2016 e 2015. Do montante de encargos de dívida em 2016, R\$ 147 milhões refere-se aos encargos dos mútuos subordinados que a Companhia mantém com o seu controlador Enel Brasil.

Variações Monetárias (redução de R\$ 20 milhões): Esta variação é explicada principalmente pela redução de 4,38 p.p. do IPCA entre os anos comparados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2016 registraram R\$ 94 milhões de receita de impostos diferidos, a qual é justificada pela redução da base de cálculo destes impostos.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla registrou em 2016 um prejuízo de R\$ 222 milhões, valor R\$ 187 milhões maior do que o registrado no ano de 2015, R\$ 35 milhões. A Margem Líquida em 2016 foi de -6,19%.

Resultados 2015 x 2014

A Ampla Energia encerrou o ano de 2015 com um total de 2.976.003 consumidores, o que representa um crescimento de 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento representa um acréscimo de 86.260 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, com mais 44.690 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 194 milhões nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2015 com 2.606.515 consumidores, um incremento de 1,8% em relação ao ano de 2014. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2015 com 54 clientes livres, um acréscimo de 1 novo cliente, que representa um incremento de 1,9% em relação ao número registrado no fechamento de 2014.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia em 2015, foi de 11.723 GWh, o que representa uma redução de 0,7% (-80 GWh) em relação a 2014, cujo volume foi de 11.803 GWh.

Esta variação é o efeito combinado de uma retração de 0,6% no mercado cativo da Companhia (-56 GWh) em 2015, em relação ao ano de 2014, impulsionada, ainda, por (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de 2,3%, (ii) uma redução no volume de energia transportada para os clientes livres, cujo montante no em 2015 foi de 1.584 GWh, 0,3% inferior ao registrado em 2014, de 1.589 GWh (-5 GWh). A energia (transportada) para os clientes livre gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

Receita Operacional

Em 2015, a receita operacional bruta da Ampla foi de R\$ 8.528 milhões, um incremento de R\$ 2,3 bilhões em relação a 2014 (R\$ 6.140 milhões). Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores:

Fornecimento de Energia Elétrica para o mercado cativo (incremento de R\$ 1,6 bilhões): Este incremento está associado aos seguintes efeitos (i) Efeito do Reajuste Tarifário de 2015, aplicado a partir de 15 de março de 2015, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 37,34% em média, parcialmente compensado pela (ii) Redução de 0,6% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.711 GWh no 2015 versus 9.767 GWh no 2014).

Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (evolução de R\$ 470 milhões): Esta variação é decorrente, principalmente, (i) do término da vigência do Decreto 8.221/14, que previa a cobertura dos custos com compra de energia (exposição involuntária, risco hidrológico e despacho de térmicas) pela ou Conta-ACR, em conjunto, com a (ii) entrada em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que durante todo o ano de 2015.

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, em 2015, alcançou o montante de R\$ 7,8 bilhões, o que representa um incremento de 38,2% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 2,1 bilhões).

Deduções da Receita

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As deduções da receita em 2015 (R\$ 3.365 milhões) apresentaram incremento de R\$ 1,8 bilhões em relação ao ano anterior (R\$ 1.559 milhões). Este aumento é o efeito das seguintes variações:

Os Tributos (incremento de R\$ 998 milhões): Esta variação deve-se, principalmente, ao incremento da base de cálculo para apuração destes tributos, em função do aumento na receita bruta da Companhia os períodos analisados; no caso do PIS/COFINS, além do incremento da receita bruta da Companhia, ocorreram dois outros efeitos que impulsionam a variação acima mencionada: (i) houve o reconhecimento no resultado societário (IFRS) dos valores a receber da parcela A e outros itens financeiros, a partir de dezembro de 2015, por força de aditivo ao contrato de concessão, os quais passaram entrar na base de cálculo destes tributos, e (ii) a publicação da Lei 12.973/14, que a partir de 2015 alterou o regime de tributação, de caixa para competência.

Encargos Setoriais, especialmente o CDE (aumento de R\$ 809 milhões): O incremento se deve à elevação substancial da cota para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função do término dos aportes do Tesouro Nacional para o fundo e a necessidade de cobertura deste déficit.

Custos do Serviço/ Despesa Operacional

Os custos e despesas operacionais em 2015 alcançaram R\$ 5,0 bilhões, um incremento de R\$ 1,1 bilhões em relação ao ano de 2014 (R\$ 3,8 bilhões). Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Energia Elétrica comprada para Revenda (aumento de R\$ 586 milhões):

- (i) Reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA, indicador que reajusta os CCEARs);
- (ii) Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos (especialmente de térmicas), que possuem uma tarifa mais elevada, já incluindo aqueles que oriundos do leilão A-1 de 2014, vigentes a partir de janeiro de 2015, e leilão de ajuste, vigentes a partir de fevereiro de 2015;
- (iii) Contabilização/reconhecimento das medidas do Governo Federal de auxílio às distribuidoras de energia em 2014, mediante os Decretos 8.203/14 e 8.221/14,

Encargos de Uso/de Serviço do Sistema (incremento de R\$ 138 milhões): Este incremento se deve, principalmente, à redução do preço teto do PLD, o que ocasionou uma maior quantidade de térmicas sendo despachadas fora da ordem de mérito, refletindo em uma maior incidência do ESS, e em razão, de no ano de 2014 terem sido efetuados repasses pela CDE (ou Conta-ACR) para cobrir os custos com ESS.

Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 135 milhões): O incremento se deve a maiores operações em campo (principalmente serviços de cobrança para combate à inadimplência e serviço de manutenção da rede de distribuição) e aos reajustes contratuais entre os períodos comparados.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa (incremento de R\$ 76 milhões): Este incremento se deve ao aumento da inadimplência entre os trimestres comparados em função dos seguintes efeitos:

- (i) Efeito do Reajuste Tarifário de 2015, aplicado a partir de 15 de março de 2015, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 37,34% em média;
- (ii) Entrada em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que durante todo o 2015 manteve a bandeira vermelha, devido ao custo marginal de operação (CMO), incluindo aquelas em função de segurança energética, ter sido superior a R\$ 388,48 MWh;
- (iii) Descadastramento de aproximadamente 51,9% (em média) dos consumidores Baixa Renda de janeiro de 2015 até dezembro de 2015, reflexo do não atendimento à certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente desenquadramento (em termos contábeis, isso significa que houve uma “reclassificação” da rubrica Subsídio Baixa Renda para Fornecimento de Energia Elétrica);
- (iv) Impacto da desaceleração da economia, inflação elevada, desemprego e salários reais em queda sobre a capacidade de pagamento dos clientes.

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2015, alcançaram o montante de R\$ 1,1 bilhões, o que representa um incremento de 22,0% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 921 milhões (R\$ 203 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia atingiu o montante de R\$ 351 milhões no ano de 2015, o que representa redução em relação ao ano de 2014, cujo montante foi de R\$ 927 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2015 foi de 7,96%, o que representa uma redução de 14,81 p.p. em relação a 2014, de 22,77%.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Ampla Energia, no ano de 2015, ficou em R\$ 211 milhões, uma melhora de R\$ 205 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 416 milhões). Esta melhoria é o efeito líquido das seguintes variações:

Receita do Ativo Indenizável (acréscimo de R\$ 172 milhões): O valor registrado em 2015 refere-se à atualização mensal do ativo indenizável pela inflação, que em 2015 sofreu alteração metodológica e passou a ser corrigido pelo IPCA e não mais pelo IGPM.

Valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros (acréscimo de R\$ 63 milhões): Essa variação se deve, principalmente, à atualização financeira dos ativos a receber da parcela A e outros itens financeiros, que começou a ser efetuada a partir do 1T15, devido à assinatura do aditivo ao contrato de concessão, como resultado da Audiência Pública nº 061/2015, e permitiu à Ampla e demais distribuidoras contabilizarem nos seus resultados e balanços societários (IFRS), pelo regime de competência, os ativos e passivos regulatórios constituídos.

Encargos de Dívidas (incremento de R\$ 93 milhões): Este incremento deve-se principalmente ao aumento da dívida bruta da companhia entre os anos comparados, em conjunto com a variação de +2,89 p.p. do CDI médio entre os anos 2015 e 2014.

Variações Monetárias (incremento de R\$ 25 milhões): Esta variação é explicada principalmente pela variação de 4,27 p.p. do IPCA entre os anos comparados.

Tributos (IR/CSLL)

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2015 registraram R\$ 567 mil, uma redução de 99,4% em relação ao ano anterior, de R\$ 103 milhões (R\$ 102 milhões), essa variação entre os períodos comparados, foram ocasionadas pela redução da base de cálculo destes impostos.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou em 2015 um prejuízo líquido de R\$ 35 milhões, valor R\$ 230 milhões inferior ao registrado no ano de 2014, que foi um lucro líquido de R\$ 195 milhões. Desta forma, a Margem Líquida em 2015 alcançou -0,80%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Comentários dos Diretores

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia dos exercícios findos em 2015, 2016, 2017 é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Ampla. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Ampla). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia; mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2017

Em 2017, a receita pelo fornecimento de energia elétrica atingiu um montante de R\$ 6.235 milhões, resultado do reajuste tarifário de 2017, que passou a vigorar a partir de março de 2017 gerando uma redução média de 6,51% nas tarifas da Companhia.

Outro fator que impactou a receita em 2017 foram os ativos e passivos financeiros setoriais, período em que foram registrados mais ativos regulatórios que foram contemplados na tarifa definida no reajuste tarifário de março de 2018. Com isso, a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, gerou um aumento na receita operacional bruta em cerca de R\$ 761 milhões. Os ativos regulatórios devem-se, principalmente, a um maior custo de compra de energia ao longo do ano em relação ao que se encontra na tarifa.

2016

Em 2016, a receita pelo fornecimento de energia elétrica impactou de forma significativa a receita bruta da Companhia, a qual atingiu um montante total de R\$ 7.577 milhões. Neste período, a receita oriunda do fornecimento de energia foi impactada pelo reajuste tarifário anual de 2016, aplicado a partir de 15 de março de 2016, que incrementou as tarifas da Ampla em 7,38%, em média, parcialmente compensado pela redução de 4,7% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.257 GWh no 2016 versus 9.715 GWh no 2015).

O efeito acima exposto foi parcialmente compensado pela maior contabilização de passivos regulatórios no período, os quais são deduzidos no reajuste tarifário do ano seguinte (março de 2017), e recuperação dos ativos setoriais que foram constituídos no ano de 2015, os quais foram contemplados no reajuste tarifário de 2016. Os passivos regulatórios devem-se, principalmente, a um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa do respectivo ano.

2015

Em 2015, a receita pelo fornecimento de energia elétrica impactou de forma significativa a receita bruta da Companhia, a qual atingiu um montante total de R\$ 8.528 milhões. Neste período, a receita oriunda do fornecimento de energia foi impactada pelo reajuste tarifário anual de 2015, aplicado a partir de 15 de março de 2015, que incrementou as tarifas da Ampla em 37,34%, em média, parcialmente compensado pela redução de 0,6% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.711 GWh no 2015 versus 9.767 GWh no 2014).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Outro fator que impactou a receita em 2015 foram os ativos e passivos financeiros setoriais, período em que houve o término da vigência do Decreto 8.221/14, que previa a cobertura dos custos com compra de energia (exposição involuntária, risco hidrológico e despacho de térmicas) pela Conta-ACR. Além disso, entrou em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela Aneel. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada quatro anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Além disso, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. No ano de 2017, as bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

De 01/02/2016 à 31/01/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

A partir de 01/02/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017)

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos;

De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos;

De 01/09/2015 à 31/01/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos;

De 01/02/2016 à 31/01/2017 – A tarifa passou a ter dois patamares de acréscimo (R\$ 3,00 ou R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos);

De 01/02/2017 à 31/10/2017 - A tarifa dos dois patamares passou a ser R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 3,50 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos. (REH 2.203/2017)

A partir de 01/11/2017 - A tarifa da bandeira patamar 2 passou a ser R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017).

Assinatura do 6º Aditivo ao Contrato de Concessão e Reajuste Tarifário Anual

Em 14 de março de 2017, a Ampla assinou o 6º Aditivo ao Contrato de Concessão com as novas regras conforme resultados das Audiências Públicas (AP) nº 095 e 058. Nessas audiências foram discutidas a regulamentação e a aplicação dos procedimentos tarifários a serem adotados para as distribuidoras que assinarem, por opção, o termo aditivo com as novas regras, de acordo com o Despacho nº 2.194/2016. Dentre os principais temas contemplados no Aditivo, que visa contribuir para a sustentabilidade da atividade de concessão da Companhia, estão: (i) a trajetória de perdas não técnicas que irá compor as tarifas até 2019; (ii) a trajetória para adequação dos indicadores de qualidade do serviço que deverão ser atendidos pela Companhia e (iii) a antecipação da próxima Revisão Tarifaria de março de 2019 para março de 2018. As novas regras já foram aplicadas no reajuste tarifários de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

De acordo com o seu contrato de concessão, a Companhia teve seu reajuste tarifário em 15 de março de 2017. O reajuste tarifário médio foi de -6,51%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.207, de 14 de março de 2017. Para os consumidores de baixa tensão, o reajuste foi, em média, -6,24%. Já para os clientes de média e alta tensão, o índice foi, em média, -7,12%.

Reajuste Tarifário

Em 8 março de 2016 a Resolução homologatória nº 2.023 homologou os resultados do Reajuste Tarifário da Ampla de 2016. O reajuste homologado representou um efeito médio para os consumidores de 7,38%, tendo a seguinte composição: (i) reposicionamento tarifário de 3,25%; (ii) adição de componentes financeiros para o período 2016-2017 de 7,81%; e (iii) subtração de componentes financeiros do período 2015-2016, correspondentes a 3,68%. As novas tarifas passaram a vigorar em 15 de março de 2016.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Ampla é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2017

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis.

2016

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: (A) Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado; e (B) instrumentos financeiros disponíveis para venda; contingências e benefício a empregados.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras.

2015

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

úteis do ativo immobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis;

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos últimos três exercícios sociais, que é a data mais atualizada da Companhia referente ao exercício social corrente.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela CVM e pelo CPC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

2017

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2016

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2015

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Os diretores esclarecem que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir, os Diretores apresentam e comentam apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

- Tributos diferidos sobre os lucros

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os Diretores declararam que os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano Estratégico da Companhia. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros que são: i) tarifa de energia; ii) crescimento da demanda; iii) resultado financeiro líquido

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

- Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

- Avaliação da perda do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível

Os Diretores consideram que existem incertezas relacionadas com as premissas utilizadas na mensuração do valor recuperável do ativo, inclusive recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

- Mensuração dos benefícios definidos:

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

(i) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

(ii) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;*
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;*
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;*
- iv. contratos de construção não terminada;*
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos;*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes aos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam à melhoria de qualidade do sistema e atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2017, foram conectados cerca de 63 mil novos clientes a rede da Companhia, totalizando mais 102 mil clientes nos últimos três anos.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia.

Os investimentos previstos para o exercício de 2018 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes aos três últimos exercícios sociais:

| Investimentos | 2017 | 2016 | 2015 |
|-------------------------------|------------------|----------------|----------------|
| Novas Conexões | 311058 | 219.120 | 193.301 |
| Rede | 516.305 | 630.572 | 288.609 |
| Combate às Perdas | 102.601 | 164.976 | 223.061 |
| Qualidade do Sistema Elétrico | 413.705 | 465.596 | 65.548 |
| Outros | 189.728 | 128.103 | 202.922 |
| Variação de Estoque | 82.093 | (57.022) | 119.035 |
| Total Investido | 1.099.184 | 920.773 | 803.867 |
| Aportes / Subsídios | (77.623) | (32.138) | (8.377) |
| Investimento Líquido | 1.021.561 | 888.635 | 795.490 |

Novas Conexões (Crescimento Vegetativo).

Significa o atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

Qualidade do Sistema Elétrico

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Combate às Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições, etc.). Tratam-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

Outros. Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

A Companhia possui um portfólio de investimentos estável ao longo dos anos, tendo em vista a maturidade de seus ativos e o estágio de desenvolvimento (eficiência e benchmark) em que se encontra. Para os próximos anos, a Companhia estima manter este nível médio de investimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia financia seus investimentos com a geração de caixa provenientes de suas atividades operacionais e com recursos para financiar investimentos em demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas, oriundos de fontes de financiamentos de longo prazo (principalmente, repasses BNDES), operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, como empréstimos junto ao seu acionista controlador.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.